



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

LUCAS SANTOS DA SILVA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O PARADGMA DECOLONIAL COMO
DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO**

**GUARABIRA-PB
2021**

LUCAS SANTOS DA SILVA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O PARADGMA DECOLONIAL COMO
DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

Linha de Pesquisa: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sexualidade.

**GUARABIRA-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Lucas Santos da.
As relações étnico-raciais e o paradigma decolonial como desafio para a educação [manuscrito] / Lucas Santos da Silva. - 2021.
54 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Relações étnico-raciais. 2. Educação. 3. Luta. 4.
Decolonialidade. I. Título

21. ed. CDD 370

LUCAS SANTOS DA SILVA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O PARADIGMA DECOLONIAL COMO
DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

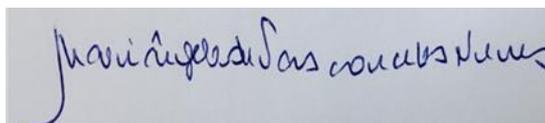
Linha de Pesquisa: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sexualidade.

Aprovada em 02/06/2021.

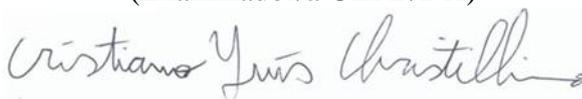
Banca Examinadora



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas
(Orientador/UEPB/DH)



Prof.^a. Dr.^a. Mariângela de Vasconcelos Nunes
(Examinador/a UEPB/DH)



Prof. Dr. Cristiano Luís Cristilino
(Examinador/a UEPB/DH)

Ao meu pai, pela dedicação,
companheirismo e amizade. **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu o prazer de participar da graduação em História, e esteve sempre comigo em todos os momentos do curso.

A minha mãe, por ser a pessoa que deu tudo de si para ver a minha melhor condição, se dedicou ao máximo para que eu pudesse estudar e sempre me incentivou a seguir em frente, apesar de todas as dificuldades, e, por ser a pessoa que eu mais amo, admiro e que me inspira na jornada da vida. A meu pai, que apesar de suas limitações, sempre deu apoio para os meus estudos. A minha namorada, por estar me incentivando em todos os momentos necessários e me dando força quando achei que não era capaz. Aos meus irmãos, por me ajudarem nos momentos que eu precisei e por apoiar nas dificuldades, por estarem presentes em todas as fases da minha vida e me ajudarem a atingir cada conquista. Aos familiares, que me apoiaram de alguma forma na minha jornada escolar, fosse com palavras ou de forma direta com ações concretas;

Ao meu orientador, por me ajudar de forma muito comprometida ao longo desses dois últimos anos. Aos professores e professoras, que na minha breve jornada de estudante contribuíram com a minha formação. Agradeço de modo especial aqueles e aquelas que se comprometeram com a minha formação para além da escola.

Aos colegas da vida, por me apoiarem nos momentos difíceis e estarem comigo nos momentos de glória. A todos/as aqueles/as que de alguma forma influenciaram positivamente com a minha breve jornada de formação.

Quando a Educação não é libertadora, o sonho do
oprimido é ser o opressor.

Paulo Freire.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Situação Escolar de Jovens entre 15 e 17 anos (%) por sexo cor ou raça.....28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS.....	16
2.1. ALGUNS CONCEITOS INPORTANTES.....	17
2.2. O QUE É DECOLONIALIDADE.....	21
2.1.3 O LEGADO DA ESCRAVIDÃO NA EDUCAÇÃO.....	27
2.1.4. A DIFERENÇA ENTRE O ENSINO PÚBLICO E PRIVADO.....	34
2.1.5. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO.....	36
2.1.6. ESCRREVENDO E ENSINANDO UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO- RACIAL.....	38
2.1.7. A INPÔRTANCIA DO CURRÍCULO.....	42
2.1.2.7. O IMPACTO DAS LEIS 10.639/03, 11.645/2008 E 12.11/12.....	44
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	52

RESUMO

O nosso trabalho, inicialmente, foi pensado como resultado do projeto de pesquisa PIBIC, no que se refere à temática étnico-racial. Mas, o foco do trabalho é mais abrangente, pois, busca-se fazer uma discussão que dê conta do histórico sobre a escravidão e, por conseguinte, discutir o impacto dessa na educação; razão porque dialogamos com a questão decolonial, pois, esse tema está diretamente relacionado com a questão étnico-racial no que se refere a luta da gente negra por autonomia, sobretudo, de pensamento. Assim, desenvolvemos uma narrativa crítica que contribui com o debate sobre a educação libertária. Contudo, discutimos tal temática, a partir das contribuições de alguns teóricos da educação. O nosso trabalho tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre as relações étnico-raciais, juntamente com o pensamento decolonial, relacionando-os no contexto da educação contemporânea. Para dar conta de tal objetivo, mergulhamos na pesquisa bibliográfica e dialogamos com diversos pesquisadores/as que discutem o tema, e trazemos elementos relevantes à discussão. Concluímos que apesar das conquistas obtidas em prol da democratização da sociedade brasileira, segmentos negros ainda se mantêm lutando no processo de construção da sociedade democrática. Assim, as relações étnico-raciais e o pensamento decolonial é um caminho possível para a construção de uma sociedade mais justa, que será possível em grande medida por meio da educação.

Palavras-Chave: Relações Étnico-Raciais, Educação, Luta, Decolonialidade

ABSTRACT

Our work was initially conceived as a result of the PIBIC research project with regard to the ethnic-racial theme. But the focus of the work is more comprehensive, as it seeks to make a discussion that gives an account of the history of slavery and, therefore, discusses its impact on education; reason why we dialogue with the decolonial issue, because this theme is directly related to the ethnic-racial issue in what refers to the struggle of the black people for autonomy, above all, of thought. Thus we develop a critical narrative that contributes to the debate on libertarian education. However, we discuss this theme based on the contributions of some education theorists. Our work aims to reflect on ethnic-racial relations together with decolonial thinking, relating them in the context of contemporary education. To achieve this goal, we immerse ourselves in bibliographic research and talk to several researchers who discuss the topic, and bring relevant elements to the discussion. We conclude that despite the achievements obtained in favor of the democratization of Brazilian society, black segments still remain struggling in the process of building a democratic society. Thus, ethnic-racial relations and decolonial thinking is a possible way to build a more just society, which will be possible to a large extent through education.

Keywords: Ethnic-Racial Relations, Education, Decoloniality

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre as relações étnico-raciais é uma questão que muitas vezes se mostra muito desafiadora, principalmente por ser uma temática que está diretamente ligada à questão social, ou seja, tratar desse tema requer grande responsabilidade, pois, ele precisa ser trabalhado para além da paixão, tendo em vista, que trata diretamente de uma problemática social que faz parte da história do Brasil e que precisa ser considerado como uma forma de militância, ultrapassando a fronteira de área de pesquisa.

Ao fazer tal afirmação, não quero dizer que as demais áreas de pesquisa não sejam importantes, mas, apenas salientar que a grande maioria delas não precise dessa dedicação adicional. Quando nos propomos a pesquisar sobre as relações étnico-raciais, não é apenas por identificação com esse tema, mas, por ter consciência da sua importância em nossa sociedade, que é tão marcada por racismo e preconceito racial. Por isso, é tão importante que façamos um trabalho comprometido com foco na educação, pois, só através dela conseguiremos vencer esses problemas que tanto maltrata a sociedade brasileira.

Nós que pesquisamos sobre as relações étnico-raciais, sabemos que esse é um tema que precisa de atenção, já que ainda estamos distantes de atingir os objetivos que desejamos. É inegável que muito já foi conquistado, mas, ainda existem pautas pendentes, e, por isso, precisamos seguir na luta, mesmo sabendo que o resultado de nossa ação será colhido apenas por nossos filhos e netos.

Por meio da educação, teremos maiores possibilidades de vencer essa guerra contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial. Não podemos esquecer de forma alguma, que também lutamos contra a desigualdade social, que mesmo não sendo o fator causador do preconceito e do racismo em suas mais diferentes formas de manifestação, é um agravante, pois, a maior parte da população brasileira é negra e pobre. Por isso, o nosso trabalho busca fazer uma reflexão acerca da problemática referente as relações étnico-raciais, juntamente com o pensamento decolonial, relacionando com o contexto atual da educação, trazendo alguns apontamentos históricos sobre a gente negra brasileira, para que conheçamos a sua trajetória até a contemporaneidade, e a partir disso, entender porque os negros e negras brasileiros tem muito mais dificuldades no acesso à educação do que os brancos.

Além disso, temos o objetivo de demonstrar e discutir porque a educação étnico-racial por ser libertadora, é um desafio para a educação e os educadores. Esses objetivos parecem pretensivos, mas, é necessário que procuremos sempre nos colocar à disposição para encarar os desafios, pois, apenas desta forma, conseguiremos ir além de onde já estamos,

tendo em vista que, vivemos rodeados por graves problemas na área da educação e uma das poucas saídas que temos é nos propor a ir além de onde já estamos, a querer mais do que já conseguimos, a não nos contentar com a situação em que nos encontramos, por mais difícil que pareça, que possamos sair dela. Querer ir além também é uma forma de militância e precisamos rapidamente nos apropriar dessa ideia.

Nos procedimentos metodológicos para a realização deste trabalho, utilizei as ferramentas básicas de um pesquisador. Contudo, o início de todo esse trabalho foi o contato com o projeto do PIBIC, fonte de inspiração para que eu tivesse a iniciativa de escrever sobre tal tema. Depois que decidi escrever sobre a temática étnico-racial, me preocupei em definir os objetivos para iniciar a pesquisa.

Ao começar procurar autores que tratavam da temática étnico-racial, para além dos que já havia conhecido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pude perceber, que existe um vasto campo de atuação nessa área, mas, optei pela educação. Dando seguimento ao trabalho, fui realizando as leituras e fichando, para que pudesse usar as anotações no corpo do texto, após fazer a leitura de dos textos que julguei necessários para iniciar a escrita, comecei a colocar no papel as ideias que tinha com base no que havia lido.

Nesta fase, pude cruzar as informações contidas nos diferentes textos, aproveitando e relacionando cada informação pertinente para compor o texto, mas, na medida em que a escrita ia fluindo, pude sentir a necessidade de trazer mais elementos para enriquecer e embasar o texto. Também utilizei alguns dados, para fazer uma discussão mais abrangente do assunto tratado e mostrar os números daquilo que abordava no texto.

Depois de organizar, relacionar e interpretar as informações contidas no trabalho, me preocupei em deixar as informações e dados de forma coerente, e também atentei-me para a ortografia, pois, é necessário deixar o texto devidamente organizado para as pessoas, que venham a ter contato com ele possam aproveitá-lo ao máximo, tendo em vista que, quando produzimos não o fazemos para nós mesmos.

Um dos maiores motivos que me encorajaram a querer produzir esse trabalho, foi uma situação vivenciada com a minha sobrinha de cinco anos, por ter uma tonalidade de pele branca, ela se colocou como superior às pessoas negras, proferindo a seguinte frase: "eu não sou da sua cor", e, esse fato aconteceu com as pessoas da família, o que nos faz perceber que o preconceito está mais próximo de nós do que podemos imaginar. No momento da cena, fiquei tão impressionado, surpreso, assombrado, que nem consegui expressar uma reação, pois, jamais poderia esperar tal atitude de uma criança tão pequena e que fosse da minha família.

Contudo, esse fato me fez perceber que é preciso combater o racismo e o preconceito em todas as frentes possíveis, se vivemos numa sociedade estruturalmente racista, todos nós em certa medida temos um lado racista e preconceituoso. E todos os grupos e instituições também carregam consigo essa especificidade. Desse modo, fica evidente que a luta contra o racismo precisa ser diária e incansável, com o comprometimento de todos, inclusive os brancos, pois, só nos veremos livres do racismo não apenas quando negros e brancos estiverem vivendo em harmonia, mas, quando todos tiverem e puderem disfrutarem dos mesmos direitos.

Nosso objetivo neste trabalho não é trazer uma proposta de como praticar um novo modelo de educação, mas, fazer uma discussão de forma que venha demonstrar que é possível educar de forma revolucionária e libertadora, onde, os alunos possam ser autônomos, críticos e não, mão de obra barata e alienada. Para dar suporte ao nosso trabalho, recorreremos a autores como, SOUSA (2017), DUSSEL (2005), DOMINGUES (2007) e GOMES (2010). Com a colaboração do pensamento desses autores, conseguiremos fazer uma discussão que possa contribuir para a construção de uma educação libertadora.

2. SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Se debruçar sobre as pautas relevantes que perpassam a realidade da sociedade brasileira é dar de cara com os mais diversos temas, sobretudo, os referentes à educação. Tendo em vista que, a educação é um mecanismo central em qualquer sociedade, tratá-la teoricamente ou na prática é um desafio que requer cuidado e afincado, pois, toda ação praticada nesta área terá reflexo em toda sociedade. Contudo, dentro do vasto campo que é a educação existem áreas específicas, e umas delas é, a que trata das relações étnico-raciais.

De início vem à pergunta, o que são relações étnico-raciais? Como elas se manifestam na sociedade? Existem várias formas de responder essas perguntas, em relação à primeira, Podemos responder recorrendo ao conceito, ao significado no dicionário e até à história do termo. A segunda pergunta, pode responder de forma mais direta, o termo étnico-racial é a junção de duas palavras, **étnico** que vem de etnia, do grego *ethnikos*, adjetivo de *ethos*, e se refere ao povo, nação. (SANTOS e MARQUES, 2012, p.4). **Racial** vem de raça, apesar dos muitos conceitos, é a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça, cunhado no século XVIII, e, hoje sobejamente superado (BRASIL, 2004, apud, SANTOS e MARQUES, 2012, p. 3).

Enquanto etnia faz referência a diferentes povos ou nações, raça, indica uma especificidade ou característica singular de um determinado grupo na sociedade, principalmente, pela cor da pele como é o caso dos negros, ou até mesmo pela cultura como é o caso dos indígenas.

Contudo, o termo étnico-racial não busca legitimar um conceito de raça que tenha o objetivo de construir uma visão de que os negros são superiores, mas, demonstrar que todas “as raças” são autônomas seja ela negra, branca, indígena, asiática, etc. Não existe dessa forma uma suposta raça que seja superior, e outra inferior.

Segundo o estudo realizado por Barros (2011), Barreto, Oliveira (2011) e Santos (2011), não são possíveis identificar apenas um conceito de raça, pois, a compressão de raça muda de acordo com os diferentes períodos históricos, desde a antiguidade, passando pelo renascimento, o romantismo até chegar à teoria de Darwin e suas adaptações posteriores.

Assim sendo, é preciso que tenhamos cuidado ao tratar desses conceitos, corremos o risco de fazer uso de um conceito que está em desuso. Por outro lado, é importante que discutamos a compreensão desse conceito nos diversos períodos históricos para que possamos entender como se deu o processo de construção do conceito de raça até chegar à compreensão

que temos atualmente, dessa forma, a partir dos autores citados acima, farei uma breve exposição da compreensão desses conceitos ao longo da história, seguem alguns conceitos trazidos pelos autores citados.

2.1. ALGUNS CONCEITOS INPORTANTES

RAÇA NA ANTIGUIDADE

Na antiguidade, os gregos e romanos notavam diferenças de cor entre os indivíduos, mas, essas diferenças eram atribuídas ao clima. Os negros seriam escuros porque o sol havia bronzeado as suas peles e frisado os seus cabelos, os brancos seriam claros por falta de sol. A cor dos membros de um grupo, até então, não era destacada como o indicativo de sua superioridade ou inferioridade. O que realmente importava não era a cor da pele dos povos, e, sim, se eles eram “civilizados” ou “bárbaros”, diferenciação ligada à cultura, linguagem ou religião (BARROS, BARRETO, OLIVEIRA, SANTOS, 2011, p. 12).

RAÇA PARA OS ILUMINISTAS

Para estes, persistia a ideia do paradigma cristão, explicação das diferenças entre os homens, mas, este havia sofrido algumas adaptações. Nesse momento, surgia a crença na “grande cadeia do ser”, o que consistia em acreditar que Deus tinha criado todas as plantas e todos os animais numa cadeia que ia do elemento inferior ao superior. Os inferiores teriam como destino servir aos superiores (BARROS, BARRETO, OLIVEIRA, SANTOS, 2011, p. 13).

RAÇA PARA OS ROMÂNTICOS

Aqui são apresentadas algumas noções de raça que se complementam. Linnaeus atribui características a cada raça, entre outras coisas, ele afirmava que europeus e americanos brancos eram suaves e inventivos, vermelhos americanos eram obstinados, asiáticos amarelos eram melancólicos, cobiçosos e, os africanos pretos indolentes e negligentes.

Georges Cuvier introduziu a ideia de existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos, ao contrário das teorias que contemplavam a ideia de imutabilidade, se mantêm apesar da miscigenação, do clima, da invasão de estrangeiros, do progresso, etc. Temos na visão de Cuvier, uma hierarquia das raças (com os brancos no topo), e uma convicção de que diferenças de cultura e de qualidade mental, podem ser produzidas por diferenças físicas (BARROS, BARRETO, OLIVEIRA, SANTOS, 2011, p. 13).

RAÇA PARA OS DARWINISTAS

Os poligenistas, defendiam a tipologia racial, o **racismo científico**, essa doutrina ajudou a gerar uma hierarquia baseada em forças além do alcance da humanidade, o que justificou a superioridade da classe governante, tanto na própria sociedade, como em outras. O racismo científico proclamou a aptidão da classe capitalista para reger a classe trabalhadora, e, a da raça branca para reger a negra. Uma das suas principais características, é que a “natureza distinta dos tipos explica a superioridade dos europeus em geral à dos arianos em particular”. (BARROS, BARRETO, OLIVEIRA, SANTOS, 2011, p. 16).

A teoria de Darwin propunha que a seleção natural que fundamentava o processo de evolução das espécies postulava uma variação casual dentro das populações e fornecia a base para a adaptação às mudanças, foi totalmente descaracterizada devido às adaptações feitas pelos darwinistas, que em sua maioria faziam adaptações preconceituosas como a teoria da tipologia racial.

Francis Galton, outro darwinista social, propôs a **eugenia**, que defendia o melhoramento da humanidade a partir do incentivo à reprodução das “raças puras”, que diziam respeito não apenas à “raça branca”, mas, a toda aquela que guardasse as características específicas do tipo (BARROS, BARRETO, OLIVEIRA, SANTOS, 2011).

A partir do que foi colocado acima, podemos observar que os conceitos construídos historicamente a respeito de raça, são em diferentes graus preconceituosos, pois, sempre trazem uma ideia de superioridade, seja pela cor, pela cultura, religião, pelas características físicas e também pelo dinheiro, onde os detentores dele dominam os que são desprovidos de dinheiro. Notamos também, grande parte dos elementos que propõem essas teorias ainda vigora no inconsciente da nossa sociedade e são constantemente produzidos pela população.

Dessa forma, fica evidente que ainda temos um longo caminho a seguir no combate aos preconceitos, sobretudo, o preconceito racial que é mais brutal devido à forma como ele é praticado, e, pelo seu peso histórico que jamais pode ser esquecido. É preciso que sigamos desempenhando a nossa militância em relação à pauta étnico-racial de forma educativa, pois, apenas a educação é capaz de combater de forma eficiente e desconstruir os mais diversos tipos de preconceito. Segundo Almeida (2019), preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializados, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias (ALMEIDA, 2019, p.22).

A partir do que foi colocado, observamos que o preconceito racial mesmo sem chegar a ser consumado, existe de forma maquiada nos estereótipos, nas piadas de mau gosto

e etc. Por isso, é preciso que combatamos o racismo em todos os seguimentos da sociedade, sobretudo, na área da educação.

Contudo, no contexto das relações étnico-raciais, a luta se encontra num estágio em que os seus militantes buscam a igualdade nos mais variados segmentos social, econômico, educacional, político, etc. A desigualdade existente entre os habitantes da sociedade brasileira em todos em todas as áreas acima mencionadas, não nos deixa alternativa senão lutar pelos direitos negados pelo Estado e pela sociedade, tendo em vista que, o Estado não garante a promoção de uma vida digna para seus cidadãos, tão pouco os protege contra os preconceitos enraizados na sociedade.

Uma das formas de lutar contra o preconceito racial é através da educação, ela é um mecanismo emancipador, que prepara o cidadão para enfrentar os desafios existentes na sociedade. Desta forma, a população negra torna-se a principal referência do indivíduo, sendo seu vínculo com esse grupo determinado por qualidades do próprio grupo e não mais exclusivamente por fatores externos a ele (GUIMARÃES, 2013).

Contudo, a educação sozinha não é capaz de fazer com que os cidadãos se tornem totalmente emancipados, é preciso também, o suporte financeiro que é totalmente central no processo de autonomia de toda pessoa. A questão financeira sozinha também não dá conta de fazer com que o cidadão se torne autônomo na sociedade, tendo em vista que um cidadão para ser emancipado precisa ter consciência crítica, social e histórica da realidade, não apenas de si próprio, mas também, de toda estrutura na qual está inserido.

Nesse sentido, a representatividade é extremamente importante, é preciso que todo cidadão se sinta de alguma forma representado, na sociedade brasileira, enfrentamos um grave problema de representatividade, pois além de vivermos numa sociedade desigual, onde a maior parte da população pobre é composta por negros e negras, representam também, a maioria da população total do país, ou seja, vivemos numa sociedade estruturalmente racista e preconceituosa.

Dessa forma, se o negro nasce imerso na pobreza, e, cresce sem acesso à educação de qualidade, saúde, cultura e lazer, além de na maioria dos casos, precisarem começar a trabalhar ainda na infância para ajudar os pais, principalmente quando moram na zona rural, assim, acabam não conseguindo bom desempenho na escola, desse modo, contexto em que está inserido o impede de uma vida diferente da dos seus pais, somado a isso, vem o preconceito que é forte em nossa sociedade e atinge principalmente os negros pobres, que por não ter a mínima estrutura social e econômica se tornam totalmente vulnerável a qualquer tipo de preconceito. Os negros que se encontram em uma situação mais favorável e que disfrutam

de alguns privilégios devido aos cargos que ocupam, não são atingidos diretamente pelo preconceito, uma vez que, o status do seu cargo acaba blindando uma possível situação em que possa ser humilhado por conta da sua cor.

Pelo fato do Brasil existir uma engrenagem política construída para impedir que os negros ascendam social e economicamente, a não ser sob a lógica do branco opressor, os negros também, não conseguem alcançar posições de destaque na sociedade, o que está diretamente ligado a questão da representatividade, logo, se não existe negro em posição de destaque, que possa ser classificado como alguém que venceu na vida, que conseguiu superar as barreiras existentes entre as classes, os demais negros não terão alguém de quem possa se orgulhar, que possa almejar trilhar um caminho semelhante, que possa despertar o sonho de querer trilhar um caminho diferente daquele que foi seguido pelos seus pais. Por isso, a representatividade é tão importante, em razão dela ser responsável pelo pontapé inicial, por despertar a vontade da criança e do jovem de querer construir uma realidade diferente da sua condição de vida.

A educação tem um importante papel nessa empreitada, sendo uma das mais importantes ferramentas, capaz de direcionar as crianças e jovens para o caminho que lhes tornarão emancipados. No entanto, se faz necessário o apoio de outras instituições que fazem parte da formação da subjetividade das crianças e jovens, tais como a igreja, a família, a mídia, e também o Estado, por ser o interventor direto das estruturas do país. Porém, não é qualquer tipo de educação que dará suporte a transformação das estruturas sociais, sobretudo, no que se refere à questão racial, já que, se faz necessário um modelo educacional que foque especificamente na discussão racial, de modo que, os estereótipos sejam desconstruídos, o racismo seja combatido e uma visão positiva a respeito da gente negra, seja construída.

O principal objetivo da educação na perspectiva das relações étnico-raciais, é buscar a igualdade para a gente negra de forma democrática, como nos mostra Gomes (2010), quando se refere ao movimento negro como mantenedor da luta por democracia para todos e não a democracia excludente:

Um ponto que merece ser destacado é que, em todo esse processo, aos negros organizados em movimento sempre enfatizaram um cuidado profundo com a construção da democracia para todos os seguimentos étnico-raciais. No entanto, a comunidade negra organizada não busca uma democracia abstrata, uma cidadania para poucos, mas, sim uma igualdade e uma cidadania reais, que considerem o direito à diferença (GOMES, 2010, p. 5).

Esse trecho da obra de Gomes (2010), retrata de forma clara como é encarada a luta travada pelo movimento negro, esse movimento que atua na sociedade brasileira desde outrora, é importante para que possamos compreender de forma profunda as relações étnico-raciais, as ações do movimento negro são a realização prática do que é proposto pela educação na perspectiva das relações étnico-raciais, por isso, precisamos trazer para a discussão, as ações realizadas por esse movimento.

2.1 O QUE É DECOLONIALIDADE?

Dando sequência ao raciocínio do tópico anterior, que está diretamente relacionado com este, discutiremos sobre o conceito e o impacto do pensamento decolonial que é antes de qualquer coisa, a independência em relação ao pensamento eurocêntrico, que está posto como o modelo a ser seguido pelos demais continentes, sobretudo, nos lugares onde houve colonização pelos países europeus.

O movimento acadêmico chamado decolonialidade ou simplesmente pensamento decolonial, ao mesmo tempo em que questiona o modelo eurocêntrico, traz uma nova proposta de como os saberes devem ser encarados e qual modelo deve ser seguido para que possamos alcançar o objetivo de independência e autonomia que desejamos.

Esse movimento surgiu no final das décadas de 1980 e 1990, a partir dos estudos de Anibal Quijano, Wallerstein e Mignolo, com o objetivo de retomar uma série de problemáticas histórico-sociais que eram consideradas encerradas ou resolvidas nas ciências sociais latino americanas, também, era seu objetivo revisar a constituição histórica da modernidade. [...] Como estudos decoloniais nos referimos aqui ao conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade. O que cobre a recuperação do pensamento crítico latino americano, as formulações (re) conceitualizadoras, como as revisões e tentativas de expandir e revisar as indagações teóricas (QUINTERO, FIGUEIRA, ELIZALDE, 2010, pp. 3-4).

Um dos autores que trazem uma tese de como conseguiremos atingir a autonomia não apenas no pensamento, mas, nas estruturas que regem a sociedade, é o filósofo Enrique Dussel, que produziu a chamada filosofia da libertação. Sua tese foca, principalmente, na ideia da modernidade que ocorre a nível mundial e não apenas europeu, como os intelectuais da modernidade sugerem. Contudo, esse pensador não desprezou a tese anterior, ou seja, a de uma modernidade europeia, é preciso questioná-la para que ela seja desconstruída. Explicá-la só foi possível com a “integração” do mundo depois da descoberta do novo mundo, mas

também, anteriormente com o comércio euro-afro-asiático, pois, foram todos esses contatos e relações que possibilitaram posteriormente a modernidade.

No entanto, Dussel (2005), também propõe a partir das duas teses expostas, uma terceira, que tem o objetivo de trazer a libertação, como podemos observar no trecho abaixo;

A modernidade nasce realmente em 1492: esta é a nossa tese. Sua real superação (como *subsunition*, e não meramente como *Aufhebung* hegeliana) é subsunção de seu caráter emancipador racional europeu transcendido como projeto mundial de libertação de sua alteridade negada: “A Trans-Modernidade” (como novo projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso, etc) (DUSSEL, 2005, p. 8).

Dessa forma, observamos que a proposta trazida por Dussel (2005), é a de que seja conseguida independência ou libertação totalmente radical, elas ocorrerão em todos os campos, mudando totalmente o funcionamento das estruturas sociais. Pela ideia eurocêntrica da modernidade, os acontecimentos que são apontados como os grandes marcos para a consolidação do período moderno, ocorreram todos apenas na Europa, essa concepção é falsa, pois, os eventos mencionados sozinhos não dão conta de representar o surgimento da modernidade. Dussel (2005), nos traz os eventos que são comumente colocados como responsáveis pela consolidação da modernidade:

Como se pode observar, segue-se uma sequência espacial-temporal: quase sempre se aceita também o Renascimento Italiano, a Reforma e a Ilustração alemãs e a Revolução Francesa. Num diálogo com Ricoeur (Capone, 1992), propôs-se acrescentarmos o parlamento Inglês à lista. ou seja: Itália (século XV), Alemanha (séculos XVI-XVIII), Inglaterra (século XVII), e França (século XVIII). Chamamos a esta visão de “eurocêntrica” porque indica como pontos de partida a “Modernidade” fenômenos intra-europeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo. Esta é aproximadamente a visão provinciana e regional desde Max Weber -com sua análise sobre a “racionalização” e o “desenvolvimento”- até Habermas. Para muitos, Galileu (condenado em 1616), Bacon (*Novum Organum*, 1620) ou Descartes (*O Discurso do Método*, 1636) seriam os iniciadores do processo moderno no século XVII (DUSSEL, 2005 p.5).

Dessa maneira, fica explícito como funciona a ideia de eurocentrismo, o que coloca a Europa como o centro de tudo, seja no pensamento, na economia, política, artes e religião. Todavia, essa é uma tese que não se sustenta, porque, além desse momento da história (modernidade), a Europa não é o centro do mundo em nenhum desses aspectos mencionados, ela também era em grande medida dependente do comércio com a África, a Ásia e o mundo Árabe. Além de posteriormente explorar em larga medida os recursos naturais e minerais da

América, e, explorar a mão de obra escravizada das nações africanas, que tiveram não apenas seus recursos naturais roubados, mas, a sua própria vida.

A partir dos conhecimentos que foram apresentados, podemos fazer uma relação direta com o que foi discutido no tópico anterior, dado que, a luta referente à educação étnico-racial, é ao mesmo tempo uma luta decolonial, sobretudo, se observarmos do ponto de vista do que foi a exploração colonial que os negros se encontravam, e que hoje estão, principalmente, quando vivem em um país que não tomou nenhum tipo de iniciativa para integrá-los a sociedade, depois da abolição da escravidão.

Os mais diversos tipos de preconceito também são herança do processo colonial, tendo em vista, além de todo abandono a criminalização da gente negra, uma vez que foram criadas teorias supostamente científicas que faziam a distinção entre as "raças", os brancos eram superiores e os negros inferiores, o que justificava a vinda dos imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras no lugar dos negros.

Podemos relacionar também, no que diz respeito à educação, uma vez que, são temáticas que estão totalmente entranhadas uma na outra, mas, é importante lembrar que não é a mesma coisa. Enquanto as relações étnico-raciais tratam um embate de forma mais específica em relação a promoção e autonomia dos indivíduos, o pensamento decolonial tem objetivos mais gerais, passando pela revisão da história oficial do mundo a fim de questioná-la, desconstruí-la e propor uma alternativa, não apenas para a história dos fatos ocorridos, mas também, trazer uma proposta de libertação e construção de um novo modelo de sociedade que seja justo e desalienado.

A partir de então, se faz necessário praticar um modelo educacional na perspectiva étnico-racial, além da luta pela autonomia dos cidadãos, esse modelo educacional luta pela autonomia do pensamento, quando uma metrópole coloniza uma colônia, não é apenas o território que é submetido à exploração e ao saque, como também, o pensamento. Contudo, precisamos praticar aquilo que está sendo proposto pelos teóricos do pensamento decolonial, desta forma, é possível unir em certa medida, essas duas frentes de luta, pois elas se relacionam diretamente do ponto de vista da militância e das propostas pela autonomia e libertação dos cidadãos.

A lógica de funcionamento da colonização é de total submissão e dependência, visto que, sem essa relação a engrenagem da colonização não gira, não consegue se manter. Por isso, é preciso conquistar bem mais que a independência territorial para ser livres, como cidadãos e como nação, precisamos também, ter autonomia política, religiosa, artística,

comercial e acadêmica, haja vista, apenas dessa forma, poderemos ser considerados livres e autônomos, e, finalmente poderemos dizer que somos descolonizados.

Nesse sentido, é necessário que construamos um projeto de autonomia a longo prazo, mas ao mesmo tempo, constante, a autonomia de uma nação se inicia pelo pensamento. Nós precisamos, cada vez mais, formar não apenas professores/as que sejam comprometidos/as com a causa racial e com o pensamento decolonial, mas também, cidadãos pensantes e autônomos que possam contribuir com esse projeto, professores/as mesmo desempenhando papel estratégico na sociedade, sozinhos, não são capazes de promover uma mudança radical nas estruturas que regem a nação. É preciso, que todas as instituições estejam comprometidas nesse projeto para que ele seja posto em prática.

Refiro-me à autonomia no sentido de não sermos dependentes socialmente, economicamente, politicamente, no campo das artes, da literatura, da história, da filosofia e das ciências como um todo, pois, precisamos ser autônomos em todas essas áreas para que possamos ter uma liberdade real, onde cidadãos tem consciência crítica de sua realidade no mundo, e, também, do funcionamento das estruturas sociais nas áreas acima mencionadas.

Nos anos 1990, alguns pensadores latino-americanos começaram a propor ideias filosóficas para a libertação dos seus países, que na prática continuavam dependentes dos países europeus, conforme afirma Fernandes (2016):

A proposta decolonial surgiu com força na última década agregando pensadores latino-americanos (Aníbal Quijano; Enrique Dussel; Walter Dignolo; Santiago Castro-Gomes; Nelson Maldonado-Torres; entre outros), na busca pela inclusão dos conhecimentos de grupos subalternizados, propondo que as relações de poder que caracterizam a *colonialidade* (esse termo refere-se a relação de poder que foram assimiladas mesmo após o final da colonização) não findaram com o fim do colonialismo, sendo tão somente incorporadas: a periferia segue sendo periferia (FERNANDES, 2016, p. 5).

Não nos tornamos independentes com a independência, tendo em vista que, as relações que vigoravam no período colonial permaneceram intactas. Além do mais, o Brasil pela forma como se tornou “independente”, teve mais prejuízo do que ganhos, considerando o contexto da época, visto que, o Brasil precisou fazer várias dívidas na forma de empréstimos, para que fosse reconhecido como nação pelos portugueses, precisou assumir a dívida que eles tinham com os ingleses.

Rigorosamente, esse endividamento nasce com a “independência”, quando D. Pedro I dispôs-se a pagar uma dívida de Portugal com a Inglaterra. A

partir daí, empréstimos no exterior foram contraídos em grande número e em condições extremamente onerosas para o país, raramente articuladas a um projeto de desenvolvimento econômico (COSTA, DEOS, 2002, p.01).

“Independente”, o Brasil se manteve Império que funcionava como uma extensão do Reino de Portugal, pelo menos no primeiro reinado, tendo em vista que, o imperador do Brasil era herdeiro direto do trono de Portugal. A relação Colônia/Império, se manteve de forma a assegurar a exploração intacta, essa não foi uma realidade restrita ao Brasil, mas, ocorreu em toda América Latina, como decorrência da influência dos países europeus na relação econômica com às suas antigas colônias. Todavia, a relação não foi apenas econômica, mas, na política, arte, literatura, filosofia, e na história, ou seja, em toda estrutura do país, o que fez com que a periferia permanecesse diretamente dependente do centro.

A “colônia ainda estava sob as rédeas da metrópole, por isso, o pensamento decolonial foi produzido como reação ao sistema”, vindo não apenas questionar a forma que funcionava a engrenagem, mas, propor uma alternativa de independência e libertação verdadeira, capaz de garantir autonomia para que os países sul-americanos pudessem funcionar por si mesmos, sem a intervenção externa.

O pensamento decolonial, é mais que uma área da filosofia ou um campo de estudo a ser explorado, é, sobretudo, um projeto social de cunho filosófico e histórico de longo prazo, que atua de forma contínua e sistemática. Esse projeto não aborda de forma passiva as questões de curto prazo, pois, é no presente que se constrói o futuro. Se observarmos o legado presente deste projeto, sobretudo, na educação, notamos que mesmo diante das contribuições já ocorridas, precisaremos percorrer um caminho longo e tortuoso para alcançar os objetivos propostos por esse projeto.

O pensamento decolonial é um projeto sofisticado, quando comparado ao que Karl Marx propôs, mesmo tendo influência dele, enquanto Marx, propôs a revolução armada de forma violenta para que fosse tomado o poder e a partir da revolução estabelecer a ditadura do proletariado responsável pela transição, até que o comunismo fosse totalmente estabelecido, os pensadores decoloniais propõem uma revolução radical, mas, sem violência, onde a educação tem papel central na promoção da mudança na sociedade. Os pensadores decoloniais entendem que somente seremos plenamente livres quando formos capazes de pensar por nós mesmos. O pensamento, é a principal forma de promover a liberdade, não é a única, mas, a autonomia em relação ao pensamento é seguramente o passaporte para a libertação.

No que se refere ao combate à desigualdade, o pensamento de Marx e Engels exposto no Manifesto do Partido Comunista se aproxima do proposto pelos pensadores decoloniais, sobretudo, no que se refere à propriedade, conforme podemos observar no trecho:

O que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a moderna propriedade privada burguesa é a expressão final e mais completa do modo de produção baseado no antagonismo de classes, na exploração de uma classe sobre a outra (MARX e ENGELS, 2017, p. 79).

A luta mais radical dos comunistas, é o combate à propriedade burguesa, não basta promover a realização de uma revolução e colocá-la em prática, em razão que, são as estruturas sociais que precisam ser alteradas. As grandes revoluções ocorridas no ocidente, sobretudo, a francesa e a russa, derrubaram aqueles que eram os donos do poder, no entanto, não foram capazes de promover mudanças estruturais na forma de funcionamento daquelas sociedades, pois, tanto Napoleão Bonaparte, que se auto declarou imperador da França, após a revolução, quanto Stalin, que assumiu o poder na Rússia, após a Revolução Russa, ambos participaram dos processos revolucionários que propunham essencialmente melhores condições de vida, de trabalho e também, o fim da opressão por parte da Monarquia, eles se tornaram mais opressores do que aqueles que lhe antecederam.

Contudo, é importante ressaltar que as estruturas dessas duas nações eram completamente diferentes uma da outra naquele período, além da temporalidade em que ocorreram essas duas grandes revoluções, que é há mais de um século. Enquanto a Revolução Francesa ocorreu no ano de 1789 (século XVIII), a Revolução Russa ocorreu no ano de 1917 (século XX).

Por isso, é importante que tomemos cuidado para não usar o mesmo grau de equivalência, não apenas em relação a essas duas grandes revoluções que impactaram o ocidente, como também, com aqueles que ficaram conhecidos como os personagens principais desses dois eventos históricos.

Está claro, que para além da proposição, é indispensável à realização de uma revolução, sobretudo, se for com ideais violentos, porque se faz necessário que seja construída à base de suporte a que todo processo revolucionário se desenvolve, principalmente, quando este é proposto para ser realizado de baixo para cima, com a participação direta de todos/as, não apenas para lutar, mas, para construir uma base social sólida tendo consciência que suas ações resultarão em um modelo de sociedade menos opressora, mais justa e igualitária.

No entanto, o nosso objetivo aqui não é criminalizar o comunismo, haja vista que, este modelo de sociedade proposto, além de ter fundamentação científica, é de grande relevância filosófica e histórica, as contribuições e críticas trazidas pelos comunistas e pelo pensamento Marxiano e Marxista, são importantíssimas para a nossa formação, nos mostrando o funcionamento das estruturas sociais de forma abrangente, contudo, essa linha de pensamento é pouco estudada em nossa sociedade.

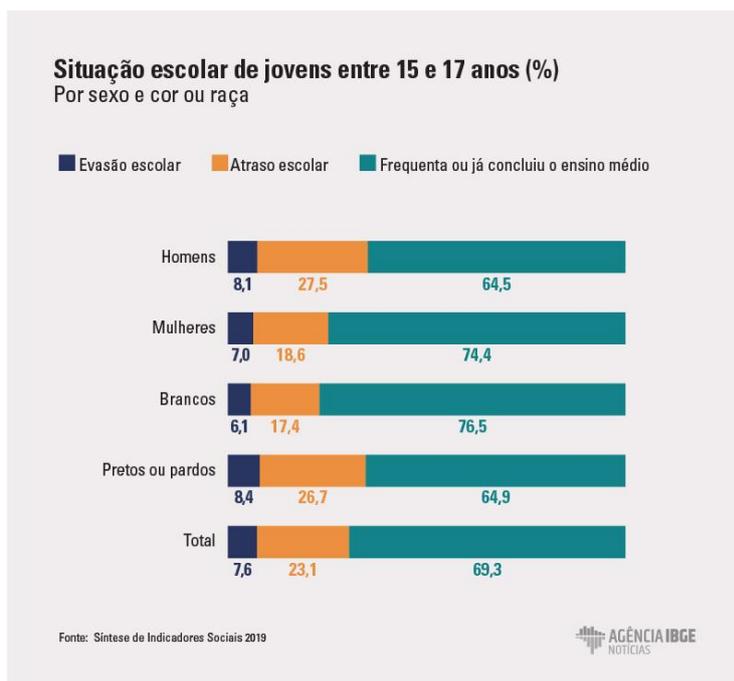
Nesse processo, a educação é ferramenta importante, principalmente, na luta contra a engrenagem da corrupção e da concentração de riquezas, que mantém a desigualdade social em nosso país e nos demais países da América Latina, dado que, a partir da educação seremos capazes de construir uma alternativa viável para nossa sociedade. Que ultrapasse a barreira da crítica e penetre em novos territórios para que possamos trilhar novos caminhos e ter acesso aos direitos básicos como cidadãos/ãs, tais como: qualidade de vida, acesso à cultura, lazer, educação de qualidade, saúde, segurança, saneamento básico, transporte público de qualidade, etc. Não é fácil propor, tão pouco materializar projetos ousados e radicais de acordo com os ideais de descolonização, sobretudo, na educação, num país onde educação ainda é privilégio de uma parcela da população.

Para tanto, precisamos mais do que nunca, lutar pela libertação dos “Brasis” e não apenas do “Brasil”, em razão que, vivemos num país onde a diversidade é uma das suas maiores marcas, seja na cultura, nos sotaques, na culinária, nas religiões, na fauna e flora, nos costumes e tradições, e até mesmo étnica e educacional.

Além da diversidade regional, que precisa ser considerada na elaboração do currículo escolar, precisamos levar em consideração, os povos indígenas e quilombolas, reconhecidos legalmente como etnias que por sua singularidade e dívida histórica da sociedade brasileira para com essa gente, precisamos possibilitar-lhes um currículo específico e profissional, que assegurem para que identifiquem-se.

2.1.1 O LEGADO DA ESCRAVIDÃO NA EDUCAÇÃO

Quando olhamos o quadro atual da educação brasileira de forma mais profunda, damos de cara com as disparidades entre a educação pública e a educação privada, e, por vezes, nos questionamos como é possível que exista tamanha diferença.



Quadro disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres> Acesso em: 15, Maio, 2021.

O quadro acima, nos mostra alguns dados acerca da educação pública, nele está explícito que a população negra apresenta mais dificuldades de acesso a educação, o que é reflexo da condição social e econômica dessa gente.

Os pesquisadores Sampaio e Guimarães (2009), trazem alguns dados da OCDE e discutem a diferença entre a escola pública e a privada, apontando que o desempenho dos alunos da rede particular, é na grande maioria dos casos, superior aos da escola pública, como podemos ver a seguir:

Desde 1995, o desempenho médio dos estudantes vem apresentando queda de 10% ao ano. Essa queda é dada exclusivamente pela queda de desempenho dos estudantes de escolas públicas, visto que o desempenho dos estudantes das escolas privadas apresentou aumento de 2,3 pontos para o período (SAMPAIO, GUIMARÃES, 2009, p. 02).

Quais são as causas e os responsáveis de termos chegado à situação apresentada acima? Por que as políticas aplicadas na educação pública não são eficazes? E finalmente a grande questão que precisa ser colocada, o que fazer para mudar esse quadro deplorável da educação pública?

Essas questões referentes às diferenças entre as escolas públicas e privadas, nos fazem refletir sobre o que precisamos fazer para tentar mudar a realidade apresentada no quadro acima. Conhecer a situação em que se encontra a população negra brasileira em relação à educação, é de suma importância para poder encarar o problema e saber lidar com ele de forma eficiente, mas também, é importante para que possamos entender a estrutura não apenas da educação em nosso país, e o reflexo do Estado corrupto que compromete diretamente o bom funcionamento das instituições e de toda sociedade.

Existe no Brasil, um legado resultante da escravidão, sobretudo, na forma como a sociedade pensa, o que reflete diretamente na educação. Somos fruto de um projeto de colonização, onde a escravidão era muito mais do que uma forma de trabalho forçado, como foi em muitas outras nações da época. No Brasil, a colonização, assim como em todas as outras colônias de Portugal, foi fundamentada na escravidão e no comércio dela decorrente, visto que, o escravizado, era uma mercadoria valiosa, e em alguns momentos chegou a ser uma das principais formas de ganho dos mercadores que viviam da comercialização de escravizados. Muitas outras nações, também praticavam a escravidão, entretanto, não era de uma forma tão estrutural e brutal como a que foi praticada nas colônias portuguesas.

Com isso, não estamos defendendo algum tipo de escravidão, todos são cruéis, mas, a forma praticada pelos portugueses, e, em grande parte, também, pelos espanhóis na América, ultrapassou qualquer limite de crueldade e brutalidade. A crueldade, se iniciava desde o tráfico no continente africano, onde a escravidão era uma prática recorrente, mas, de uma forma diferente da praticada pelos portugueses.

No continente africano, a principal forma de escravidão se dava por guerra, entre as nações, ou, tribos, a compreensão de escravidão praticada pelos africanos não era de tornar o indivíduo escravizado, uma mercadoria e mantê-lo até a morte. Em África, a escravidão era temporária, durava certo tempo e se constituía em o escravizado prestar serviços ao seu senhor por certo período. Depois dos serviços prestados, poderiam vir a ser libertados, como nos mostra Albuquerque (2006):

Não era só na guerra que se corria o risco de ser escravizado. Em muitas sociedades africanas, o cativo era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes adultério. A penhora, o rapto individual, a troca e a compra eram outras maneiras de se tornar escravo. As pessoas podiam ser penhoradas como garantia para o pagamento de dívidas. Nesta situação, caso seus parentes saudassem o debito, extinguiu-se o cativo (ALBURQUERQUE, 2006, p. 16).

No entanto, com a chegada dos europeus no continente africano, sobretudo, os portugueses, essa forma de se praticar a escravidão foi totalmente alterada. Os europeus, inicialmente, os portugueses, começaram a praticar relações comerciais com as nações africanas, de forma muito tímida, visto que, o principal interesse dos portugueses era encontrar ouro, o produto mais valioso da época.

As nações africanas nesse período (século XV), diferentemente do que estamos acostumados a ouvir e ler em muitos livros didáticos de História, não se encontrava num estado de atraso do ponto de vista do desenvolvimento da produção, pelo contrário, elas eram desenvolvidas, algumas delas superavam as europeias no desenvolvimento e organização, como é o caso da Etiópia. Porém, infelizmente, foram criados estereótipos e preconceitos em relação aos povos e a cultura africana, mesmo eles tendo deixado um legado cultural relevante para a história da humanidade.

Que relação podemos fazer do imaginário sobre a África e os africanos, com o quadro da educação brasileira na contemporaneidade? Chegamos a pensar que são temáticas distintas uma da outra, mas, elas estão totalmente ligadas, pelo fato, da grande maioria dos escravizados no continente africano, serem trazidos pelos portugueses, para a sua colônia nos trópicos, sobretudo, o Brasil.

No entanto, o nosso objetivo neste trabalho não é apenas discutir sobre a relação entre colônia e metrópole a partir da escravidão e suas implicações, mas, discutir como a escravidão e a educação estão relacionadas. Para isso, recorreremos não apenas a história da escravidão no Brasil e na África, mais também, a relação com o currículo escolar, ou seja, com o que se ensina e se aprende na escola da educação básica no Brasil sobre África.

Podemos afirmar, pela forma como se deu o estabelecimento da gente negra no Brasil, as oportunidades para que eles se tornassem inviáveis foi definida pela forma como a escravidão foi estabelecida em terra brasileira durante o período Colonial e Imperial.

A sociedade em que a gente negra foi jogada, era para eles algo novo, sendo que a grande maioria dos escravizados/às trabalhavam nas fazendas, cuidando das lavouras, dos mais diversos tipos de produtos, como: café, cana de açúcar, algodão, etc. No ano em que a escravidão foi abolida, o percentual dessa gente na condição de escravizada era pequeno, no entanto, as condições para os que nesse período (1889) se encontravam livres era totalmente deploráveis, pois, não foram incorporado no mundo do trabalho livre e assalariado.

Numa sociedade patriarcal e machista, onde a mulher era vista apenas como a rainha do lar, poucas ou nenhuma eram as oportunidades de trabalho para elas, principalmente, para as mulheres negras. As poucas atividades que sobravam para elas como forma de adquirir

alguma renda, eram as atividades domésticas. No entanto, o ganho que elas conseguiam eram muito baixo, e também, estavam sujeitas aos mais diversos tipos de humilhação e violência, principalmente, os estupros, em razão que, elas não tinham como e ninguém para lhe defender.

Voltando às questões que levantei no início desse tópico, é importante que não as percamos de vista, por serem norteadoras, contudo, quis fazer um breve apanhado histórico para focar nas questões que levantei, para serem discutidas, e também, para fazer uma relação que fique mais evidente. A partir disso, podemos dizer que não é possível discutir o legado da escravidão, falar dela, sem trazer alguns elementos fundamentais para que entendamos o que aconteceu e como aconteceu, e a partir disso, entender também, o resultado dos fatos que por muito tempo foram ignorados.

Logo, o nosso primeiro questionamento que trata da diferença entre a educação pública e privada, assim como todos os outros, precisa ser discutido à luz do contexto que culminou na situação atual da educação brasileira. É a partir do conhecimento do passado, que entendemos o presente e apenas com essa compreensão, é possível promover algum tipo de transformação.

A falta de políticas públicas destinadas à gente negra no pós-abolição e no decorrer do século XX, é um indício de que pouco foi realizado pelo Estado moderno e Republicano em prol da gente negra, no sentido de possibilitar a sua inserção na sociedade de classe.

Esse quadro ainda se mantém na contemporaneidade, Não é por acaso que negros/negras estão entre os mais pobre na sociedade brasileira, no mercado de trabalho, ocupam as piores funções, poucos ocupam cargos de prestígio social, seja na política, ou, nas esferas pública e privada. Além do mais, são os/as alunos/as negros/as que têm as mais altas taxas de analfabetismo, devido às precárias e desumanas condições em que vivem nas favelas Brasil afora, como podemos ver na matéria da empresa de comunicação AGENCIA BRASIL, (2008):

Entre 1993 e 2007, o percentual de residências que se encontravam em favelas ou semelhantes passou de 3,2% para 3,6%. É um percentual considerado baixo, mas que representa um universo de 2 milhões de domicílios, ou pelo menos 8 milhões de pessoas. Considerando a distribuição de acordo com o chefe da família, tem-se que 40,1% dessas casas são chefiadas por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas. De acordo com o estudo, essa distribuição mostra a predominância da população negra em favelas, o que reforça a sua maior vulnerabilidade social. (ZENKER, 2008)

A realidade para negros/as é ainda pior do que para brancos/as pobres, já que, em todos os dados negativos são negros/as que lideram. Por isso, questionar a condição enfrentada por negros/as, não significa negar a existência de brancos/as pobres, contudo, mesmo vivendo na pobreza, o/a branco/a jamais sentirá na pele e na alma, a dor de ser inferiorizado exclusivamente por sua cor.

Os/as negros/as ainda sentem na pele a dor do açoite do chicote, as chibatadas e pontapés tomados no corpo, pelo único fato de ser um homem negro, uma mulher negra. O chicote do/a senhor/a foi substituído pelo fuzil do Estado brasileiro republicano e moderno, que através da polícia, todos os dias mata gente negra, sobretudo, jovens moradores das comunidades periféricas; muitas delas formadas desde as primeiras décadas do século XX.

Nesse contexto, a educação foi um privilégio dos/as brancos/as, pois eram os/as filhos/as dos senhores/as que frequentavam as escolas, enquanto filhos/as de gente negra, iam para os eitos de cana, as lavouras de café e campos de mineração. A relação desigual, fez com que a sociedade construída tenha se mantido desigual. Tal condição e relação ainda persistem, enquanto, filhos/as de brancos/as frequentam os melhores colégios, filhos/as de negros/as frequentam as escolas públicas totalmente precárias, sem infraestrutura e com o currículo defasado.

A fora isso, filhos/as de brancos/as de classe média não têm outra preocupação senão estudar, enquanto os de negros/as precisam trabalhar para ajudar a sustentar a família. A condição desigual e injusta mantém a sociedade desigual e injusta, no entanto, quando do acesso aos lugares sociais de poder e destaque é exigida a meritocracia, o que é injusto, visto os sujeitos viverem em condições desiguais, e, portanto, terem menos oportunidades de concorrer no mercado de trabalho, o que só contribui para a manutenção das desigualdades entre negros/as e brancos/as.

Ainda sobre a matéria de Zenker (2008), nas favelas falta uma qualidade mínima nos serviços oferecidos, seja em relação à rede de esgoto, a coleta de lixo, ao acesso a água e muitos outros fatores, além da péssima qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público nas favelas brasileiras, isso quando é oferecido algum serviço, os índices sempre pesam para o lado dos negros, ou seja, são os negros que estão mais vulneráveis as situações de miséria e sofrimento.

Segundo Sousa (2017), a disparidade dos indicadores sociais entre negros/as e brancos/as, privilegia a classe média e dificulta a vida dos/as negros/as, colocando-os entre os excluídos. De acordo com esse sociólogo:

Na família dos excluídos, tudo milita em sentido contrário. Mesmo quando a família é construída com o pai e a mãe juntos, o que é minoria nas famílias pobres, e os pais insistem na vida escolar como saída da pobreza, esse estímulo é ambíguo. A criança percebe que a escola pouco fez para mudar o destino de seus pais, por que ela iria ajudar a mudar o seu? Afinal, o exemplo, e não a palavra dita da boca para fora, é o decisivo no aprendizado infantil. A brincadeira de um filho de servente de pedreiro é com o carrinho de mão do pai. O aprendizado afetivo aqui aponta para a formação de um trabalhador manual e desqualificado mais tarde (SOUSA, 2017, p. 58).

As dificuldades a ser enfrentadas pelos pobres, que em sua grande maioria são negros, são estruturais, não basta apenas ter acesso à escola, pois, isso, não garante que a criança e o jovem tomem gosto pelos estudos, e também, veja a educação como uma alternativa viável, tendo em vista que, seus pais em alguns casos tentaram vencer através dos estudos, mas não conseguiram. O que não permitiu que fosse possível que o pai de muitas crianças e jovens negros não vencesse através da educação? Foi justamente, o fato, de não poder se dedicar inteiramente aos estudos, principalmente, em razão, de não ter o apoio da família, visto que entre famílias negras ocorrem o contrário, elas enxergam no/a filho/a um apoio a colaborar com a manutenção do núcleo familiar, o que faz com que não sigam adiante nos estudos, parem antes de concluir o ensino médio, e, não ingressam na universidade.

No Brasil, a necessidade de trabalhar para ajudar a sustentar a família ainda é algo determinante para o sucesso ou fracasso de um estudante negro/a. Uma minoria consegue se desviar da curva, furar o cerco que age contra si, chegar à universidade e concluir um curso superior.

Infelizmente as condições das famílias negras no Brasil, são em muitos casos, de total falta de condições econômicas, o que é algo gritante, e que gera outro, a falta de capital cultural provido da educação, e capital social, responsável pela construção de laços na sociedade, que garantem convivência e estabilidade emocional, mesmo que não seja pautado na relação de amizade. Para entender de forma mais clara, observemos o trecho abaixo:

O “capital social” é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou, em outros termos, à vinculação de um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos

outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (...) o volume do “capital social” que um agente individual possui depende então da sua extinção da rede relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daquele a quem está ligado. Assim, os lucros e o pertencimento a um grupo proporcionam estão na base de solidariedade que os tornam possíveis (BOURDIEU, 2005 apud GUIMARÃES, 2003, pp. 80-81).

Para o autor, um capital cultural pode existir sob três formas:

1. No estado objetivado, na forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos e máquinas – transmissíveis de maneiras relativamente instantânea quanto a propriedade jurídica, sendo as condições de sua apropriação específica submetidas as mesmas leis de transmissão do capital cultura incorporado.
2. No estado institucionalizado, por meio basicamente de títulos e certificados escolares que, guardam relativa dependência em relação ao portador do título.
3. No estado incorporado, esse capital pessoal não pode ser transmitido por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca [...]. Não pode ser acumulado para além das capacidades de proporção de um agente singular; depaupera e morre com seu portador (BOURDIEU, 2005 apud GUIMARÃES, 2003, pp. 83-84).

Esses capitais não existem individualmente, eles caminham juntos em maior ou menor grau, eles têm sempre uma relação de dependência um com o outro. A falta desses capitais tem um impacto direto na forma de vida das famílias negras. A ignorância decorrente da ausência desses capitais, impede que as famílias vejam a educação com uma saída viável para seus filhos/as, mesmo em casos que, os pais incentivam-nos a estudar, nem sempre eles/as conseguem vê na educação um sentido capaz de lhes animar a querer investir suas fichas nos estudos, pelo fato da ausência dos capitais, somadas a triste realidade a que está submetido, não lhe permite acreditar que a educação é o caminho para sair da vida difícil em que vive.

2.1.4. A DIFERENÇA ENTRE O ENSINO PÚBLICO E PRIVADO

Somado a isso, vêm à estrutura da escola que na maioria dos casos são precárias, seja estruturalmente ou pedagogicamente. Infelizmente, essa é a realidade da maioria das escolas públicas brasileiras frequentadas por crianças, adolescentes e jovens negros. A fora isso, os governantes apesar de alguns investimentos, tratam a escola pública com descaso, pois, o investimento quando há, não é massivo, mas, pontual, o que faz com que haja algumas escolas

públicas de referências que serve de modelo, quando a maioria fica relegada ao segundo plano.

Olhemos o funcionamento da maioria das instituições públicas de ensino da educação básica, nas escolas públicas, acontece um verdadeiro show de descasos decorrente da forma política como são tratadas. Nem sempre a infraestrutura física e pedagógica existe, o que faz com que a falta de professores/as seja uma realidade, isso faz em função da não realização de concurso público, pessoas que nunca frequentaram um curso de licenciatura, seja colocada para dar aulas apenas pelo fato de ser amigo, parente ou correligionário de um político da cidade; uma prática recorrente que prejudica a formação do/a aluno/a.

Podemos dizer, que não são apenas os nossos representantes os responsáveis diretos pelo atual estado em que se encontra a educação pública, seria ingenuidade da nossa parte acreditar que apenas eles são responsáveis, eles têm uma grande parcela de contribuição nesse processo, mas, não são os únicos, pois, representam os interesses das elites que não permitem que haja mudança geral na educação. As elites brasileiras, não aceitam que a nação tenha condições de vida digna, e principalmente, acesso a educação de qualidade, visto que, sabem mais do que ninguém, que a educação é a principal ferramenta de transformação, e, se a maioria da sociedade, entre eles, as pessoas negras, se apropriarem da educação, as elites perderiam os privilégios em que vivem.

A educação no Brasil, está diretamente ligada à questão política, por sua vez, tem relação direta com a questão econômica. No entanto, não podemos deixar de falar daqueles que foram excluídos, não apenas da educação, mas, da sociedade em geral, no caso, as pessoas negras.

Pensando nisso, optamos por iniciar esse tópico fazendo uma breve discussão sobre as pessoas negras escravizadas, e, também, sobre a “libertação” com a assinatura da lei Áurea em 1888. Isso nos coloca diante de uma questão fundamental: O que a história da gente negra brasileira tem a ver com a sua realidade atual? A resposta mais direta para essa questão é, absolutamente tudo, já que, se tratando que historicamente essa gente foi marginalizada, visto ter sido submetida aos piores tipos de atrocidades, e, na contemporaneidade a maioria permanece em situação de extrema pobreza, e, ainda enfrenta os mais brutais preconceitos. Todos esses elementos são fundamentais para que entendamos a realidade social das pessoas negras.

Olhar a situação da educação pública brasileira, nos permite enxergar o descaso quase que absoluto, em razão que, a maior parte dos elementos que compõem a escola pública brasileira, não funciona, ou, deixa muito a desejar. A impressão que temos é de que as

políticas destinadas à escola pública são pensadas para que ela não funcione, porque a gestão não é destinada a pessoas competentes, mas, simplesmente as que mantêm relação política com gestores locais. O resultado disso, é semelhante ao que acontece nas escolas privadas, um ensino desprovido de uma reflexão crítica, onde, os alunos não são ensinados a pensar sobre o funcionamento da sociedade, se tornam cidadãos alienados, e sendo vistos apenas como mão de obra barata. Podemos entender melhor a partir do trecho abaixo;

O que vemos nas escolas privadas é o aluno como centro do processo e satisfaz-lo é a origem e o resultado de toda ação. As escolas particulares também estão sintonizadas com as demandas do mercado. Nesse tipo de escola, o campo de forças tende sempre a favor da clientela. (NAIFF1 SOARES, NAIFF2 AZAMOR, ALMEIDA e SILVA, 2010, p.03).

Para agravar ainda mais a situação da educação pública, nos últimos anos, entre 2016 e 2020, foram aprovados alguns projetos de lei, tais como a Reforma Tributária, a da Previdência e a Reforma do Novo Ensino Médio. As duas primeiras, tratam dos direitos trabalhistas e previdenciários dos cidadãos, mas, foquemos na Reforma do Ensino Médio, mesmo sabendo que essas três reformas se complementam, pois, retiram os direitos dos cidadãos desde sua juventude, porém, discutiremos sobre isso mais adiante.

2.1.5. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A reforma do ensino médio que se trata de uma reformulação curricular e também na estrutura das escolas, pois, elas passarão a praticar uma nova modalidade de ensino, que é o ensino em tempo integral. Além disso, também ocorreu à flexibilização do currículo, onde, o aluno escolhe a sua área de interesse para estudar, ficando como componentes obrigatórios apenas as matérias de português e matemática.

Desse modo, a reforma do ensino médio, é a responsável pela deformação dessa modalidade de ensino, como diz Pereira (2020), todas as áreas, sem exceção, são de suma importância para o desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos. Pois, para que nossos estudantes escabecem melhor seus objetivos e façam suas escolhas futuras, eles necessitam dialogar com todas as áreas de conhecimento e posicionar-se frente aos caminhos que querem seguir, o que incluem escolhas profissionais. Porém, caberá a cada Estado e Município organizar seu currículo escolar, mediante suas possibilidades.

A partir do que foi colocado acima, observamos que a reforma do ensino médio tem como objetivo, impedir que os alunos, sobretudo, de escolas públicas, possam ter uma boa

formação, que seja seres pensantes, tendo em vista que, a área de humanas passa a não ser mais um componente obrigatório.

Por isso, essa reforma é uma das políticas educacionais mais cruéis que já foram pensadas, manipula os discentes, propondo uma suposta liberdade de escolha em relação ao que se quer estudar, porém, no final das contas, os alunos serão os mais prejudicados, e, ainda se sentirão culpados pelo seu fracasso, pois “foram eles próprios” que escolheram seguir aquela determinada área.

Esse projeto, tem como proposta principal fomentar a “autonomia” do/a aluno/a, o que é questionável, tendo em vista que, o projeto foi posto em prática sem a transição correta e sem a construção de estrutura que abarque esse modelo educacional, e assim, acaba agravando ainda mais a situação de precariedade em se encontra a educação.

Além do mais, o/a aluno/a ao ingressar no ensino médio não tem a devida maturidade para escolher aquilo que realmente quer seguir como profissão, tendo em vista que, é justamente no decorrer do ensino médio, que este terá contato com as disciplinas e conteúdos responsáveis pela escolha que fará pensando na formação profissional futura.

Em meio ao caos, sempre é possível encontrar formas de resistência e de oposição a esse modelo de formação educacional, como foi colocado, o currículo é um instrumento de poder. Diante das limitações impostas pelo projeto do novo ensino médio, é possível resistir e não praticá-lo na sua essência, mas, adaptá-lo à realidade de cada escola.

O que a escravidão e educação têm a ver uma com a outra? O que a escravidão tem a ver com a condição da educação pública no Brasil, sobretudo, com o modelo de formação destinado aos jovens negros nas periferias? Qual o legado da escravidão à educação? A resposta a estas questões está na realidade brasileira. Pois, na essência, qual a diferença entre um escravizado no período colonial e imperial e, na contemporaneidade, uma pessoa negra livre?

Na contemporaneidade, apesar de livres, pessoas negras não têm direitos básicos garantidos, ou quando acessam serviços públicos, esses são de péssima qualidade. Muitos negros/as, vivem numa situação muitas vezes até pior do que a que muitos escravizados do período colonial. São constantemente submetidas às mais brutais humilhações, não têm a mínima dignidade para sobreviver. Em meio a tal condição a que estão submetidos, não podemos dizer que essas pessoas são consideradas livres e tratadas como pessoas humanas.

Com isso, não queremos minimizar a escravidão a que a gente negra brasileira foi submetida, mas, dizer que, atualmente ainda vivemos reflexos diretos desse fenômeno no Brasil, sobretudo, porque a sociedade brasileira foi capaz de reinventar os mecanismos de

exclusão, ao invés de criar mecanismos de inclusão. Os escravizados de ontem, são os marginalizados de hoje, a situação de pobreza mais brutal se manifesta justamente naqueles que são ascendentes dos escravizados de outrora, é como se apenas a forma de escravizar tenha mudado.

A educação por ser uma das ferramentas que promove a libertação dos cidadãos, é uma das áreas mais afetadas pela brutalidade da nossa elite do atraso que não permite de forma alguma que a maioria da sociedade tenha acesso a educação de qualidade, pois, se isso acontecer ela sabe que perde os seus privilégios. Infelizmente, continuamos na condição de colônia, mas, será apenas através da educação que passaremos a ser autônomos, por isso, é preciso seguir na luta de forma incansável, haja visto que, não podemos aceitar de forma alguma, a situação como ela está.

2.1.2 ESCREVENDO E ENSINANDO UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A tradição educacional brasileira, manteve por longo período a perspectiva da escola jesuítica, ou seja, o modelo doméstico praticado durante o império até o surgimento das primeiras escolas. As práticas pedagógicas que orientaram o fazer educacional durante o século XX, foram, sobretudo, o escolanovismo e as pedagogias críticas. Essas tendências educacionais foram de grande relevância e vigoraram por muito tempo, chegando a ser em certos momentos inquestionáveis. Mas, na virada para o século XXI, foi cunhado um novo termo educacional resultante da preocupação com o abandono da gente negra brasileira. Esse termo, é a educação étnico-racial que contempla as lacunas deixadas pela educação tradicional, principalmente, porque trouxe à tona as discussões sobre racismo e preconceito racial, questões tradicionalmente deixadas de lado, sobretudo, por professores/as não comprometidos/as com a causa social.

Algumas perguntas são necessárias, o que é educação étnico-racial? Como ela funciona? Qual o seu objetivo? Essas são questões fundamentais que discutiremos não apenas nesse tópico, mas, estamos discutindo no decorrer desta temática, por serem questões norteadoras que dão suporte ao nosso trabalho. Todavia, o nosso foco, não é ficar preso apenas às questões levantadas aqui, mas, discorrer sobre algumas outras questões fundamentais que estão diretamente relacionadas com o que estamos discutindo ao longo do trabalho e especificamente neste tópico.

Ao direcionar o nosso foco para as questões formuladas, podemos dizer que **educação étnico-racial**, é uma forma de educar, que contempla no currículo as questões referentes a raça e etnia, abordando de forma pedagógica toda problemática que envolve

negros/as numa perspectiva histórica e contemporânea, pois, é preciso que seja mostrada e discutida a história da gente negra, como também, a situação atual dos negros e negras e como estão inseridos na sociedade, sem esquecer do legado histórico dessa gente no contexto brasileiro.

Para Junior (2018), a educação é uma ferramenta que pode ser usada para os mais diferentes fins, a educação como prática emancipatória, deve incorporar instâncias de inconformismo, rebeldia e transgressão. Por isso, é importante que possamos sempre ir além daquilo que está estabelecido pelo sistema, pois, o/a professor/a como agente transformador da sociedade, precisa estender seu trabalho para além dos muros da escola. Isso, não é uma tarefa fácil, contudo, é necessária, precisamos começar a ocupar os espaços até então esquecidos, sobretudo, pelo Estado brasileiro, mesmo sem essa ser a função do/a professor/a, mas, para que as mudanças que tanto queremos e discutimos possam acontecer, se faz necessário que todos/as participem, entre os quais professores/as.

Inúmeros profissionais já realizam trabalhos maravilhosos que nós podemos colocar como referência, não porque são exitosos, mas, porque, são experiências que podem ser seguidas por outros/as professores/as. No entanto, para que sejam realizadas iniciativas na educação e a partir dela, na sociedade, é necessária a união em grupos e associações, dessa forma, a sociedade civil terá mais possibilidades de atingir os objetivos formulados.

Uma das iniciativas históricas, é justamente a do movimento negro que entre tantas ações positivas em prol da promoção da vida da gente negra, colocou como prioridade a educação. Mas, o que é o movimento negro? Existem várias definições, podemos classificá-lo a partir da seguinte explicação:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, só sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a "raça", e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007. p. 2).

O movimento negro, é um movimento atuante na sociedade através da sua luta por igualdade, seja ela social, econômica, política, etc, foi possível construir algumas políticas direcionadas para a população negra, no que diz respeito a garantia dos direitos básicos como, o de ser tratado de forma digna, pois negros/as também são cidadãos/ãs. Essa reflexão é

interessante, ela nos chama a atenção, para uma característica que costuma passar despercebida, inclusive, no meio acadêmico, que reivindica coisas que não devíamos pedir, pois, são coisas fundamentais e importantes que deveriam ser realizadas pela sociedade como um todo, de forma espontânea. Essa característica, é em grande medida, justamente a essência do movimento negro, a luta por direitos fundamentais de todo e qualquer cidadão, mas, ao mesmo tempo, uma luta que não deveria existir.

As pautas do movimento negro, são questões que não deveriam existir, caso a sociedade brasileira tivesse ao longo do processo histórico construído políticas de inserção das pessoas negras na sociedade. Esta questão está diretamente ligada à educação, pelo fato dos profissionais da educação, sobretudo os/as professores/as, enfrentarem diariamente essa problemática, razão porque passaram a reivindicar por algo que deveria ser inserido na política do Estado.

São questões que passam pela prática do/a professor/a, a exemplo da melhoria dos salários, melhor estrutura física do espaço escolar, melhoria da qualidade e diversidade dos materiais didáticos. Essas são algumas questões que precisam ser constantemente cobradas pela sociedade civil organizada, mas, que pela sua importância deveriam estar reguladas e frequentes, e não precisar ser reivindicada.

O movimento negro, desde sua formação no final do século XIX e início do século XX, travou luta com a sociedade, passando por suas principais estruturas, sobretudo, a educação. Para esse movimento, a educação foi colocada como divisor de águas, para travar a sua luta. A luta por melhores condições de vida e por direitos como cidadãos, é também uma luta pela sobrevivência de negros e negras, tendo em vista que, eles se organizaram em movimentos porque estavam às margens da sociedade, numa situação de total abandono por parte do Estado e da sociedade civilizada.

A partir da história do movimento negro, a sociedade se inspirou para travar lutas na construção de alternativas promissoras na educação, pois, a partir das iniciativas praticadas por eles ao longo de século XX, é possível se debruçar em experiências riquíssimas, como a construção de oficinas para alfabetizar os seus integrantes, a formação política que também era de grande relevância para a atuação do movimento negro como um todo, e, a luta pela inserção do/a negro/a no mercado de trabalho. Acerca dessa questão, Domingues nos fala ainda sobre como se davam essas relações:

Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com delegações - espécie de filiais - e grupos homônimos em

diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia) arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A voz da raça (DOMINGUES, 2007, p. 7).

A atuação do movimento negro, não era realizada de forma pontual, mas, de forma abrangente e eficiente, além de atuar em diversos estados, em quase todas as regiões do Brasil, realizava um trabalho totalmente emancipador e não apenas assistencialista. Por isso, podemos destacar, o movimento negro não apenas como um exemplo de atuação social a ser seguido, mas também, como um movimento de vanguarda, além de toda luta que desempenhava para obter os seus direitos, propunham também, a ruptura com *status quo* que tanto oprimia/oprime a gente negra na sociedade brasileira.

Essa sacada do movimento negro em investir na educação como forma de emancipação e libertação, foi totalmente estratégica, tendo em vista que, a partir desse momento, que o movimento negro começou ganhar força nas outras esferas, como, a política e econômica, já que, os integrantes desse movimento começaram a atuar também na luta política partidária e começaram a concorrer aos cargos majoritários.

Nas décadas de 1940 e 1950, negros/as passaram a atuar na edição de jornais e na produção cinematográfica, chegando a iniciar um movimento revolucionário no cinema brasileiro, denominado Cinema Novo. sobre a representação de negros/as no cinema brasileiro, sobretudo, no cinema novo, há críticas, apesar da presença de atores e atrizes negros/as nas produções cinematográficas, a narrativa não era negra, o que não avançou no modo de representação da pessoa negra.

A atuação do movimento negro no Brasil, historicamente, se deu por várias vias, o que possibilitou na ocupação de inúmeras áreas afim de promover mudanças nas estruturas sociais. Os avanços que foram alcançados são inegáveis, contudo, não podemos de forma alguma, pensar que todos os problemas referentes à gente negra foram resolvidos.

Acreditar em tal coisa, seria, no mínimo, a falta de uma visão minimamente crítica, pois, estamos em constante contato com as questões referentes aos/as negros/as, seja no que se refere às condições econômicas, seja em relação ao preconceito racial que se faz tão presente no cotidiano da sociedade brasileira, seja na falta de representatividade política em nossas esferas de poder e também, a falta de representatividade quase que total de heróis

negros na TV e nos mais diversos meios de entretenimento, além dos grandes personagens negros ainda serem invisíveis nos livros didáticos, sobretudo, nos de História destinados à educação básica.

Para que possamos mudar esse quadro, precisamos não apenas reivindicar a representatividade dos personagens negros/as e investir em políticas públicas para melhorar a qualidade do sistema público educacional, mas, pensar na formação de um currículo que contemple a questão das relações étnico-raciais, pois, o currículo, é antes de tudo, uma ferramenta de poder, que pode ser utilizado como forma de promover mudanças positivas capazes, e, revolucionar a educação, inclusive nas relações raciais, como também, pode ser utilizado como instrumento de dominação, à medida que promove alienação coletiva, a fim de formar ao invés de cidadãos, reunir um exército de mão de obra barata.

2.1.6. A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO

Nesse sentido, se faz necessário que comêssemos não apenas propor um currículo que seja voltado para as questões étnico-raciais, mas, que, o ponhamos em prática, pois é a prática do currículo proposto que será responsável pelos resultados a serem alcançados, precisamos ir além, como nos fala Silva:

A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. De uma forma mais sintética a questão central é: o quê? (SILVA, 1999, p. 8).

Dessa forma, podemos perceber que é importantíssimo saber o que se colocar no currículo para ser ensinado, contudo, é preciso ir além, tendo em vista que, o fato de se ter no currículo aquilo que se sabe que precisa seja ensinado, mas, se esse algo não for posto em prática, o ciclo fica inacabado e a mudança não se consolida. Mesmo indo um pouco além à interpretação do autor, chegaríamos naquilo que seria ideal, como podemos ver:

Ao final, entretanto, elas (teorias) têm que voltar à questão básica: o que eles ou elas devem saber? Qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerada parte do currículo? (SILVA, 1999, p. 9).

Diante de tais afirmações, fica ainda mais evidente a importância do currículo, suas implicações e desdobramentos como forma inegável de estabelecer uma clara relação de

poder, logo, um modelo de currículo que seja crítico progressista. é de suma importância para que o/a professor/a ponha em prática os conhecimentos que são necessários, da forma que é adequada para que o aluno por sua vez, possa aprender bem os conteúdos ensinados. Para que isso seja possível, precisamos seguir as orientações trazidas pelas teorias pós-críticas, pois elas nos dão suporte para que possamos ser efetivos na prática de um currículo promissor. Ainda com base em Silva (1999), vejamos sobre as teorias tradicionais e pós-críticas do currículo:

Em geral, elas (as teorias tradicionais) tomam a resposta à questão "o quê? Como dada, como óbvia e por isso buscam responder a outra questão: "como"? Dado que temos esse conhecimento (inquestionável?) a ser transmitido, qual é a melhor forma de transmiti-lo? As teorias tradicionais se preocupam com questões de organização. As teorias críticas e pós-críticas, por sua vez, não se limitam a perguntar "o quê?", mas submetem este "quê" a um constante questionamento. Sua questão central seria, pois, não tanto "o quê? , mas "por quê?". Por que esse conhecimento e não outro? Quais interesses fazem com que esse conhecimento e não outro esteja no currículo? Por que privilegiar um determinado tipo de identidade ou subjetividade e não outro? As teorias críticas e pós-críticas de currículo estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder (SILVA, 1999, p. 10).

O currículo, é sem dúvida uma arma poderosa para ser usada pelos/as professores/as, é a partir dele, que os conteúdos chegam até a sala de aula, entretanto, volto a insistir no ponto que mencionei acima. O mais importante do que formar um currículo, por melhor que ele seja, é executá-lo, pois em última instância é isso que causará impacto no universo da educação, e, também, na sociedade. É praticando o currículo, que a mudança ocorrerá, mesmo que de forma lenta, por vezes quase que imperceptível, mas, é travando essa luta diária que alcançaremos os resultados que desejamos, é praticando uma educação libertadora e crítica, que alcançaremos a liberdade.

Dessa forma, precisamos seguir na luta olhando para a nossa história. No século passado, onde o movimento negro realizou as suas principais ações, o termo **relações étnico-raciais** ainda não existia, esse termo é recente, como já dito, mas, a ausência de um termo específico para delimitar a área não impediu a organização e atuação desse movimento. Hoje, há mais ferramentas e armas de luta para reivindicar a garantia de direitos para a gente negra, como a educação étnico-racial.

Apesar dos avanços e conquistas que já foram obtidas, principalmente, na educação, a exemplo da aprovação de leis específicas que obriga as escolas e institutos federais a contemplar no currículo escolar as temáticas referentes à história e cultura afro-brasileira e

posteriormente indígena, além da criação de escolas quilombolas. Não podemos agir como se não precisássemos mais lutar por maiores mudanças e conquistas, pois, as conquistas ainda são pontuais, sobretudo, a aplicabilidade. A desigualdade social, econômica e política ainda é uma realidade, o preconceito e o racismo ainda são reais e estruturais, a intolerância religiosa em relação aos cultos afro-brasileiros persistem de forma incontrolável, a falta de oportunidades para negros/as, sobretudo, no mercado de trabalho, por não ter acesso a uma educação de qualidade e em muitos casos, trabalhar para ajudar sustentar a família, ainda é real.

Diante disso, nos perguntamos de onde vêm os argumentos de que todos os problemas envolvendo negros/as foram resolvidos? Essa é sem dúvida, uma grande questão que precisamos lidar, pois, muitas vezes, professores/as não conseguem reagir diante dessas questões, somos facilmente intimidados.

É preciso que saibamos dar respostas inteligentes, colocando a tese das pessoas contra elas mesmas, levantando outros questionamentos que possam colocá-los contra a parede. Questionamentos tais como: É possível afirmar que os problemas envolvendo os negros já foram resolvidos, se existem tantos movimentos contestatórios e de resistência? Quem os resolveu? Quando e como resolveu? A partir de que métodos? São questionamentos aparentemente simples, mas, sua profundidade é inegável, capaz de tirar dos trilhos qualquer negacionista.

2.1.2.1 O IMPACTO DAS LEIS 10.639/03, 11.645/08 e 12. 711/12

Muitas vezes discutimos sobre as questões raciais e sobre decolonialidade, mas, deixamos passar despercebida a parte que trata das leis aprovadas no Brasil, que são responsáveis por muitos avanços no que se refere a direitos referentes à gente negra. As leis 10.639/03, 11.645/08 e 12.711/12, foram responsáveis por muitas mudanças positivas para a gente negra brasileira, grande parte das conquistas recentes, é resultado da aprovação dessas leis.

As principais mudanças ocorreram em relação ao ensino, pois, foi com a aprovação das leis acima mencionadas, que os assuntos que abordam a história e cultura da gente negra brasileira começaram a ser ensinados em nossas escolas e Institutos Federais. A parcela da população brasileira que representa a maioria passou a ver a sua história, e, dos seus antepassados ensinadas e discutidas no espaço educacional, o que representa um avanço, e também, uma grande conquista, logo, aqueles que há séculos foram escantilhados tendo seus

direitos negados e sua história maquiada, passaram a conhecer e comemorar as ações realizadas pelos seus descendentes.

Outro ponto que merece destaque é a criação de escolas específicas para os descendentes dos escravizados que vivem nos quilombos, as chamadas escolas das comunidades quilombolas. A criação desses espaços foi extremamente importante, foi construída toda uma estrutura específica para atender essas comunidades, o que só contribuiu para o seu desenvolvimento e melhoramento da qualidade de vida dos seus habitantes.

Com a criação das escolas nas comunidades quilombolas, foi criada também, uma nova forma de organização do corpo docente dessas escolas, os professores que tem prioridade para ensinar nessas escolas, são os professores que fazem parte da própria comunidade, por conhecer bem a realidade daquele lugar melhor do que qualquer outro profissional que seja de fora.

Outro ponto que também precisa ser destacado, é a comemoração do dia da consciência negra, que é celebrado em todo o Brasil, no dia 20 de novembro, sobretudo, nas escolas e Institutos Federais. Isso sem mencionar as universidades, que dispõem dos NEAB's, que são grupos de pesquisa afro-brasileiros e indígenas. Com a aprovação da lei 10.639/03, as escolas começaram a realizar oficinas tratando das temáticas afro-brasileiras, o que reforça ainda mais os conteúdos que são ensinados em sala de aula, haja vista, os alunos veem de forma descontraída os assuntos que aprenderam durante as aulas, o que reforça ainda mais o seu aprendizado.

Mas infelizmente, a grande maioria da população brasileira desconhece totalmente a existência dessas leis, inclusive, professores/as, o que torna a situação ainda mais triste e grave, pois, o contato com elas, faz com que os/as cidadãos/ãs conheçam minimamente os direitos que possuem no que se refere às questões raciais, e a partir disso, poder criar uma consciência sobre a realidade das condições sociais, econômicas e de cor, e assim poder fazer parte da militância.

Não podemos ficar inertes diante desse quadro, pois foi justamente para mudar essa realidade que as leis foram aprovadas. Mudar a falta de conhecimento sobre a história da gente negra, mudar a ausência de negros/as e indígenas nas universidades, mudar a visão estereotipada que se tem da história e cultura da gente negra e dos indígenas, como também, mudar a visão preconceituosa que se tem desses povos nos dias atuais, pois, a visão negativa e preconceituosa sobre os negros e indígenas é estrutural.

Foi necessária a aprovação de leis para garantir o direito por muitos anos negado. Se observarmos bem a essência das leis 10.639/03, 11.645/08 e 12.711/12, notaremos que elas se

complementam, tanto no sentido das questões que trazem à tona, quanto no fato de ser uma clara tentativa de sanar uma dívida histórica, social e humanitária para com os grupos populacionais a que são direcionadas, a saber, negros e indígenas.

No entanto, as referidas leis também são benéficas para a população branca, tendo em vista que o contato com uma educação que aborda a história e cultura afro-brasileira e indígena contribui diretamente para a desconstrução dos estereótipos e combate ao preconceito racial, pois, se faz necessário que não apenas negros/as e indígenas sejam educados/as na perspectiva trazida pelas leis, mas, toda comunidade escolar. Antes de falar sobre as conquistas trazidas pelas leis, precisamos entender qual o objetivo de cada uma delas ao serem propostas e aprovadas.

A lei 10.639/03

A lei 10.639/03, foi aprovada em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de contemplar no currículo escolar as temáticas referentes a história e cultura afro-brasileira e africana. Dessa forma, foi possível abordar de forma sistemática e não apenas pontual como era feito até o momento da aprovação, os conteúdos que fazem parte da nossa história como nação, pois, quando negros/as escravizados/as foram trazidos/as para o Brasil no período Colonial e Imperial, veio com eles os seus costumes, sua cultura, religiões, cultos, hábitos, etc. Essas práticas foram difundidas em nossa sociedade de forma indissociável, ou seja, não tem mais como pensar o Brasil sem essas práticas sociais, culturais e religiosas trazidas pelos/as negros/ africanos/as que aqui foram escravizados/as.

A importância dessa lei é impressionante, já que, ela garante direitos para a gente negra, que durante séculos foi tirado, como o de fazer parte da história oficial do Brasil, ser colocado como agente construtor e transformador da sociedade brasileira, de ter sua história estudada, ensinada e trabalhada nas escolas e universidades, etc. Porém, como já foi mencionado em alguns momentos nesse trabalho, é importante que ponhamos o currículo em prática, pois, é a sua prática diária nas salas de aula, que transformará a sociedade, que será responsável pela revolução educacional e social que desejamos. Por isso, insistimos nesse ponto, não é suficiente ter a lei que traz a obrigatoriedade do ensino dessas temáticas nas escolas, é preciso que ponhamos o currículo em prática.

A lei 11.645/ 08

Essa lei foi aprovada no ano de 2008, também no governo Lula, com o objetivo de contemplar no currículo as temáticas referentes aos povos indígenas, que ocupam o território brasileiro há milhares de anos e tem seus próprios costumes, práticas, culturas e hábitos. Sua forma de vida, foi brutalmente alterada depois do contato com os povos europeus, pois, começaram a ser dizimados e ter seu território invadido para a realização das atividades coloniais.

A importância dessa lei está no fato dela colocar em foco, uma cultura que é totalmente ignorada, ou seja, esquecida numa condição ainda pior do que vive a gente negra, pois, estes ainda resistem, e, de alguma forma, ainda estão inseridos na sociedade, mesmo com tanta exclusão, preconceito e violência que sofrem. O povo negro, ainda consegue algum diálogo na luta por seus direitos, o que também ocorre com os indígenas, no entanto, o seu território invadido, lhe tomado por pessoas que vivem na sociedade dita civilizada.

Para que esse quadro seja mudado, foi aprovada uma lei 11.645/2008, que trata do ensino de história e cultura indígena na escola da educação básica. O universo indígena, é diverso nos vários aspectos, e as condições em que eles vivem, são adversas, o que denota a negligência do Estado brasileiro para com os donos da terra Brasil. Muitas comunidades indígenas, habitam o coração das florestas brasileiras e vivem sem assistência do governo, como se fossem animais selvagens.

Mesmo que a maioria das comunidades indígenas saibam falar português, ainda existem inúmeras que não falam, além do mais, existem comunidades intocadas, que não permitem a aproximação com estranhos. Com relação às 274 línguas faladas, o censo demonstrou que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa (FUNAI).

Os desafios são muitos, apesar das dificuldades a sociedade e o Estado brasileiro, não podem deixar os indígenas abandonados e esquecidos como se eles não fizessem parte do Brasil. Por isso, é necessário um olhar especial, um projeto sério e devidamente comprometido com a causa dos povos indígenas.

Mesmo com a lei 11.645/2008, os conteúdos relativos à história e cultura indígena no currículo escolar não se faz contento-a, com isso, a educação indígena, e a educação escolar indígena também. Apesar da legislação, a realização das práticas educativas na educação básica que contemple a história e cultura indígena, não conseguiu atingir o principal objetivo, que é possibilitar aos estudantes das escolas da educação básica públicas e privadas aprender sobre a história e cultura dos donos da terra Brasil.

Não é fácil fazer valer essa lei nas escolas, mesmo assim, não podemos de modo algum, desistir dessa empreitada e negar que há pontos positivos, principalmente no que se refere ao acesso à educação, principalmente, superior, o que tem sido garantido pelas cotas para indígenas em vários setores.

A lei 12. 711/ 12

A lei 12. 711/12, aprovada pela presidente Dilma Rousseff, em 2012, estabelece cotas raciais nas universidades e Institutos Federais. Essa lei, é totalmente estratégica, pois destina 50% das vagas de acesso às Universidades e Institutos Federais, para alunos de escolas públicas. Dentro dessa porcentagem, tem as subdivisões por raça e deficiência, por exemplo, essa lei tem por objetivo, reparar a dívida histórica com os negros e índios, pois, estes sofrem até os nossos dias, os efeitos da violência brutal que sofreram.

Depois da aprovação desta lei, foi consumado em larga medida aquilo que se tinha por objetivo, que era aumentar o número de alunos negros e pobres nas universidades públicas. Essa política pública tão expressiva e positiva teve um impacto direto na vida dos cidadãos brasileiros, sobretudo, os jovens, que representam o maior público que frequenta as Universidades.

Nesse sentido, é de suma importância que valorizemos esse tipo de política pública e também que lutemos sempre para que mais conquistas como essas sejam alcançadas. Desse modo, podemos dizer que a afirmação de Gomes (2010), referente às ações afirmativas faz todo sentido, sobretudo, em relação a educação no ensino superior, como podemos ver a seguir:

As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso específico educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas sobretudo, pela juventude negra (GOMES, 2010. p. 6).

A partir do que foi colocado, observamos que a luta no contexto étnico-racial está diretamente ligado à educação, pois, os professores entendem que apenas através da educação ocorrerá a mudança que desejamos. Contudo, essa mudança precisa ser construída aos poucos, mas, constantemente, haja visto, a busca da construção de uma sociedade mais justa, fraterna

e igualitária, precisa ser praticada diariamente e de baixo para cima, para que todos possam exercer um papel de protagonismo na luta por direitos, de forma que todos venham a serem contemplados no momento de colher os resultados.

Entretanto, é importante que tenhamos em mente, que essa luta não terá os grandes resultados que desejamos em curto prazo, é uma luta para vida, nós que hoje lutamos não chegaremos a ver os maiores resultados. Mesmo assim, precisamos permanecer firmes na construção de um legado que possa encorajar e inspirar aqueles que virão depois de nós, para que eles possam seguir incansavelmente na militância em busca de um modelo de sociedade onde não seja preciso lutar por direitos fundamentais, que deveriam ser naturalmente assegurados a todos os cidadãos, independentemente de cor, raça.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando tratamos de um tema que em muitos casos se torna polêmico devido a sua forma firme de lidar com as questões sociais, sobretudo, as que estão relacionadas à raça, precisamos ter cuidado para não fazer uma discussão com base no senso comum, pois, muitas nos apegamos a algumas ideias que não tem base científica. Sabemos, que a sabedoria popular é algo de suma importância, e, que precisa ser valorizado, sobretudo, é preciso que fiquemos atentos para não cair na simplificação de algo que é muito complexo, como é o caso da temática étnico-racial.

Nesse sentido, percebemos que o modo de tratar dessa temática na área da educação não pode ser de qualquer forma, é preciso que tenhamos todo um cuidado, que começa na formação do professor, uma vez que, o professor tiver uma formação nessa perspectiva, ele levará seu aprendizado para a sala de aula. O currículo em sua totalidade, é uma arma totalmente poderosa, contudo, essa arma apenas se torna letal, quando o que está proposto, é praticado, a prática do currículo, é sem medo de errar, um divisor de águas.

Por outro lado, como já foi mencionado, não podemos de forma alguma, praticar qualquer currículo, tendo em vista que, o currículo não é neutro sob hipótese alguma, ele tem sempre uma intenção muito bem estabelecida, por mais oculta e inocente que pareça. O currículo, precisa ser pensado sempre numa perspectiva crítica, dando conta dos mais diversos conteúdos que precisam ser trabalhados na sala de aula, sobretudo, aqueles que abordam a nossa história.

Entretanto, quando trabalhamos com a educação, seja de forma prática ou teórica, num país como o Brasil, que além de não valorizar professor/a e não investir em educação, ainda atribui em larga medida a culpa pela precarização da educação a eles/as. Nesse sentido,

qual é o papel do/a professor/a, não apenas na escola, mas na sociedade? O/a professor/a, na perspectiva de Paulo Freire, não é um transferidor de conhecimento, mas um agente ativo na sociedade:

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (FREIRE, 2017, p. 25)

Dessa forma, podemos dizer que o/a professor/a não é apenas um agente transformador/a, mas, aquele/a que está a serviço da transformação da sociedade por meio da educação, e, a sociedade precisa ter conhecimento, que é esse o papel do professor. Contudo, para que essa informação chegue até a sociedade, é preciso trilhar um longo caminho que passa por uma série de mudanças na estrutura, que passa, sobretudo, por mais investimentos na estrutura física e docente da instituição de ensino.

Nesta perspectiva, precisamos praticar a educação étnico-racial, pelo fato desta além de abordar a diversidade de forma abrangente, também, busca transformar a sociedade no sentido de combater diretamente o racismo e o preconceito, e, para que eles sejam desconstruídos, no seu lugar possa construir uma compreensão das diferenças onde o respeito prevaleça.

Somado ao que já foi colocado, se faz necessário a aplicação do pensamento decolonial em nossas escolas, pois, este se relaciona diretamente com a luta em educação étnico-racial, no que se refere o enfrentamento ao sistema opressor e a luta por direitos fundamentais, tais como a igualdade social, política, econômica, e cidadã.

Além do direito de estudar e ensinar a história da gente negra na perspectiva afrocêntrica, o eurocentrismo precisa ser combatido e desmistificado, pois, sua forma de contar e produzir a história são opressores e alienantes, e por isso, precisa ser combatida.

Infelizmente, vivemos em um país onde não apenas o preconceito e o racismo são estruturais, mas também, a desigualdade social e econômica, o que torna as oportunidades muito diferentes para as diferentes classes que formam o Brasil.

A ideia da meritocracia, é totalmente absurda, tendo em vista que, as oportunidades são de uma disparidade absurda, o que faz com que o fato de alguém ter potencial para desempenhar uma atividade que possibilite ter uma melhor condição de vida, não ser suficiente para que essa pessoa venha conseguir desempenhar tal função, ou seja, em nosso país, ter um grande talento ou até mesmo, aptidão de desempenhar certa função, não é

garantia de muita coisa, quando se é pobre e principalmente negro, pois, a estrutura da nossa sociedade, impede que os menos favorecidos possam ascender para uma condição mais favorável.

Assim sendo, fica evidente que os desafios a serem encarados estão totalmente distantes das condições que temos para travar essa luta, e que o legado histórico do nosso país, sobretudo, no que se refere a escravidão, contribuiu diretamente para o quadro de precariedade que estamos hoje. Basta olharmos para aqueles que hoje são os excluídos, os marginalizados, os esquecidos, os miseráveis da nossa sociedade. É um ciclo vicioso, pela forma que foi montada a engrenagem da pobreza no Brasil, fica impossível mudar a realidade dos negros e pobres, pois, não tem como irracionalmente e de forma pacífica, mudar o método de funcionamento dessa engrenagem.

Por isso, se faz necessário que possamos encarar essa luta por todas as frentes possíveis, mas, partindo da educação, logo, a educação é, e será, o nosso guia nessa empreitada. Apenas, a partir da educação, encontraremos o caminho que nos conduzirá à construção da sociedade que queremos. Somente praticando um modelo de educação libertária e crítica conseguiremos nos descolonizar das ideias e das estruturas perversas que nos aprisionam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as questões acima colocadas, e, a problematização feita sobre uma área tão importante que é a educação, principalmente, se tratando da educação étnico-racial, que é uma questão totalmente importante e urgente em nossa sociedade, podemos dizer que, estamos num estágio de articulação da luta, mesmo que já tenham ocorrido grandes avanços e conquistas que foram, e, são muito importantes, os avanços e retrocessos são inevitáveis, sobretudo, num país composto por um cenário político tão instável como o nosso.

As descontinuidades ocasionadas em nossa luta, principalmente por causa da política partidária, que é representante direta da nossa elite do dinheiro como diria o grande sociólogo Jessé de Souza, na obra "A radiografia do Golpe", são um reflexo do jogo de interesses para impossibilitar que as pautas pelas quais lutamos, possam ser alcançadas. Aquilo que passamos anos construindo, dedicando um esforço astronômico, uma luta incansável, muito facilmente, é destruído em decorrência do egoísmo da nossa elite, que não permite sob hipótese alguma, que os pobres tenham acesso a qualquer tipo de melhoria na sua condição de vida, pois, uma vez que os pobres começam desfrutar de algum benefício, por menor que seja, a elite e a

classe média se sentem ameaçados, e começam as investidas para tirar os “privilégios” dos cidadãos menos favorecidos.

Quando analisamos os elementos que foram mencionados no decorrer deste trabalho, entendemos um pouco do funcionamento da sociedade brasileira no que se refere ao projeto pela miserabilidade da população negra. A nossa elite, entendeu de forma muito eficiente qual o modo de dominar uma nação, e, principalmente, qual é a melhor forma de impedir que os miseráveis possam mudar de vida. A nossa elite sabe, talvez até melhor do que nós educadores, qual é o real poder da educação. Eles sabem que uma educação bem estruturada pode produzir uma grande revolução, capaz de retirar os seus privilégios. E por saber disso melhor do que ninguém, a nossa elite sanguessuga não permite de forma alguma, que a educação pública seja de qualidade, como discutimos no tópico sobre o legado da escravidão em nossa educação.

Desta forma, podemos dizer que é preciso ir além de onde estamos, conseguimos muitas conquistas importantes, tais como a aprovação das leis, 10. 639/03, 645/2008 e 12. 711/ 12, contudo, é preciso ir além, já que, a alienação ainda é gritante, a desvalorização do professor é estrutural, assim como o preconceito e o racismo. Por isso, não podemos parar de lutar de forma alguma, investindo na educação todas as nossas fichas, pois, apenas por meio dela, conseguiremos nos descolonizar, sobretudo, no pensamento, conseguindo a autonomia que tanto desejamos.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil: Empresa Brasil de Comunicação. Negros são maioria nas favelas, segundo estudo do Ipea. 2008. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-12-16/negros-sao-maioria-nas-favelas-segundo-estudo-do-ipea> Acesso em: 07, Maio, 2021.

Agência IBGE notícias. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres> Acesso em: 20, Maio, 2021.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de & FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf> Acesso em: 30 de Abril de 2021.

ALVES, Marta Alencar dos Santos, et all. **Educação e Relações étnico-raciais**: Modulo 4. CEAO-UFBA. 2011. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829035531/pdf_256.pdf. Acesso em: 10 de Abril de 2021.

BARROS, Zelinda dos Santos – BARRETO, Paula Cristina da Silva – OLIVEIRA, Mariana. Grupo Étnico. **Wikipédia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_%C3%A9tnico. Acesso em: 16 Maio de 2021,

COSTA, Azevedo. Das senzalas às favelas: Por onde vive a população negra brasileira. In. **Socializando**. ISSN 2358-5161. Ano 3 · nº1 · Julho, p. 145-154 · 2016. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_12.pdf Acesso em: 28 de Abril de 2021.

COSTA, DEOS. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. In. **Revista Análise Econômica**. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10689#:~:text=REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20O%20FINANCIAMENTO%20NA%20ECONOMIA%20BRASILEIRA,-Fernando%20Nogueira%20da&text=Apontamos%20a%20exist%C3%Aancia%20de%20cinc o,%C3%A0s%20ondas%20de%20liquidez%20internacional>. Acesso em: 12, Maio, 2021.

DOMIGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In. **Revista Tempo**. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 12, Janeiro 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In. **CLACSO, Consejo Latino Americano de Ciências Sociais; Historia; Colonialismo; Europa; 2005**. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf . Acesso em 12 Abril de 2021.

Fundação Nacional do Índio. Quem São. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#>

GANZER, Kimberly Surien; SILVA, Jéssie Merielle Ribeiro da – HERMES, Maurício Felix. A Representação do negro no cinema brasileiro. In. **Intercom- Sociedade brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XX Congresso de Ciências da Comunicação Nacional – Belém – PA – 02 a 07/ 06/ 2019**. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0574-2.pdf> . Acesso em: 02 Maio, 2021.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Afrocidadanização**: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 2013.

HYPOTHESES, LEITE, Pereira Pedro. Teoria Decolonial de Marcelle Pereira. 2018. Disponível em: <https://globalherit.hypotheses.org/7060> Acesso em: 10, Maio, 2021.

MARX, ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edipro, 2015.

NAIFFI, Luciene Alves Miguez. SOARES1, Adriana Benevides. NAIFFII, Denis Giovani Monteiro, AZAMORI, Cristiany Rocha. ALMEIDA, Sabrina Araújo de. SILVAI, Carolina Souto. Ensino Público e Privado: Comparando representações sociais de professores sobre suas habilidades. In. **Psicologia em Pesquisa**. UFJF, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472010000100008 Acesso em 5 de Abril de 2021.

OLIVEIRA, Hudson Mandotti de. A Filosofia da Libertação com Desmitologização da modernidade. 2009. In. **Kínesis** Vol. 1. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4311> Acesso em: 7 de Abril de 2021.

PACHECO, Célia Maria de Freitas. Origem e transformação da escravidão na África: Como o negro foi transformado em sinônimo de escravo. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf> Acesso em: Abril, 2021.

PEREIRA, Raquel Alves. **Reforma do Novo Ensino médio: Análise das campanhas oficiais do Governo Federal.** p.23. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.

SAMPAIO, Breno. GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de Eficiência entre Público e Privado no Brasil. IN. **Economia Aplicada.** São Paulo. V. 13. N. 1, P. 45-68, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274843613_Diferencas_de_eficiencia_entre_ensino_publico_e_privado_no_Brasil. Acesso em: 08 de Abril de 2021.

SANTOS, Renato Ferreira dos e MARQUES, Ana José. Diversidade Étnico-Racial: Conceitos e Reflexões na Escola. In. **XV Ofício do historiador: ENSINO & PESQUISA. Anais do encontro XV Encontro Regional de História ANPUH – Rio.** ISBN 978-85-65957-00-7. 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/>. Acesso em: 5 de Abril de 2021.

SILVA, René Marc da Costa. A Constituição de 1988 e a Discriminação racial e de Gênero no Mercado de trabalho no Brasil. In. **Revista de Informação Legislativa.** 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p229 Acesso em: 13, Maio, 2021

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso: dá escravidão a lava jato.** Casa da Palavra, 2017. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4411236/mod_resource/content/0/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf. Acesso em: 18 de Maio